

FABIANE FRAGA MONTEIRO

**MEMÓRIA SOCIAL, INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE
ESTEIO/RS: PERCEPÇÕES DAS EQUIPES DIRETIVAS SOBRE A BUSCA ATIVA
ESCOLAR E A FICAI**

Canoas, 2026

FABIANE FRAGA MONTEIRO

**MEMÓRIA SOCIAL, INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE ESTEIO/RS: PERCEPÇÕES DAS EQUIPES
DIRETIVAS SOBRE A BUSCA ATIVA ESCOLAR E A FICAI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Prof(a). Dr(a). Rute Henrique da Silva Ferreira

Canoas, 2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M773m Monteiro, Fabiane Fraga.

Memória social, infrequência e evasão escolar no município de Esteio/RS
[manuscrito] : percepções das equipes diretivas sobre a busca ativa escolar e a
FICAI / Fabiane Fraga Monteiro. – 2026.

85 f. : il.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La
Salle, Canoas, 2026.

“Orientação: Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira”.

1. Memória social. 2. Evasão escolar. 3. Escola – Frequência. 4. Esteio (RS).
I. Ferreira, Rute Henrique da Silva. II. Título.

CDU: 371.1

Bibliotecária responsável: Joana Pereira Bortoluzzi - CRB 10/2959

FABIANE FRAGA MONTEIRO

**MEMÓRIAS DE ESTUDANTES E FAMILIARES ACERCA DA EVASÃO ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE ESTEIO/RS: UM ESTUDO DO CASO DAS POLÍTICAS DE BUSCA
ATIVA ESCOLAR (BAE)**

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Vieira Pinnow
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Rute Henrique da Silva Ferreira
Orientadora e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 13 de julho de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me concedido força, sabedoria e perseverança para enfrentar os desafios desta trajetória e por ter me sustentado nos momentos mais difíceis, permitindo que eu chegasse até aqui.

À minha família, pelo apoio, incentivo e compreensão ao longo dessa caminhada. Em especial, à minha mãe, por todo amor, dedicação e por sempre acreditar em mim.

À minha filha Laura, por compreender os momentos em que estive ausente devido aos estudos. Cada etapa vencida teve também o seu apoio silencioso, seu carinho e sua paciência. Esta conquista é nossa.

Ao meu sobrinho Douglas, exemplo de dedicação aos estudos, pelo incentivo constante, pelas palavras de encorajamento e por acreditar que eu seria capaz de alcançar este objetivo.

À minha colega de trabalho e amiga Gisele, que teve um papel fundamental nesta trajetória. Sou grata pelo incentivo, apoio e confiança desde o início, encorajando-me a ingressar no Mestrado e a acreditar que esse sonho era possível.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, pelas trocas de experiências, pelos aprendizados compartilhados e pela parceria construída ao longo desta caminhada. Sentirei saudades dos nossos encontros, das conversas, das risadas e, especialmente, do nosso tradicional grupo do café nos intervalos, que marcou esta trajetória de forma muito especial.

À coordenação e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, pelos ensinamentos, pela dedicação e pelas reflexões que contribuíram significativamente para minha formação acadêmica e pessoal.

De maneira muito especial, agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Rute. Sua orientação foi fundamental para a realização desta dissertação. Sou profundamente grata pela paciência, disponibilidade, dedicação, acolhimento e carinho com que conduziu cada etapa deste percurso. Em todos os momentos, encontrei apoio, incentivo e segurança para seguir em frente, mesmo diante das dificuldades e inseguranças que surgiram ao longo da caminhada. Sua competência, seu olhar atento e suas contribuições qualificaram este trabalho e contribuíram significativamente para minha formação acadêmica e pessoal. Tenho a certeza de

que não poderia ter feito escolha melhor. Se tivesse que escolher novamente, escolheria você sem hesitar. Levarei comigo os ensinamentos, as reflexões, as conversas e o aprendizado construído ao longo dessa trajetória, que certamente permanecerão muito além do Mestrado.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, meu sincero agradecimento. À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão de bolsa, segundo o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior – PROSUC, sem a qual a conclusão deste mestrado não teria sido possível.

À Unilasalle e a Prefeitura Municipal de Esteio, pela bolsa parcial de estudos até a concessão da Bolsa Capes.

RESUMO

Esta dissertação, inserida na linha de pesquisa Memória e Linguagens Culturais do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, analisa a infrequência e a evasão escolar no município de Esteio/RS a partir das percepções de profissionais das equipes diretivas de escolas municipais de tempo integral e de documentos institucionais relacionados à Busca Ativa Escolar (BAE) e à Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI). O objetivo geral foi analisar, com base nesse corpus, as contribuições e os limites da BAE e da FICAI para o enfrentamento da infrequência e da evasão escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental, pesquisa bibliográfica e questionário eletrônico encaminhado a vinte profissionais, dos quais nove responderam integralmente. A análise de conteúdo foi organizada por categorias temáticas construídas a partir das recorrências e dos sentidos presentes nas respostas. Os resultados indicam que os participantes reconhecem a relevância da BAE e da FICAI para a identificação e o acompanhamento de estudantes, mas apontam limites relacionados à insuficiência de profissionais, à sobrecarga das equipes, à morosidade dos atendimentos e à fragilidade da articulação intersetorial. As percepções analisadas também associam permanência escolar, pertencimento, trajetórias familiares e práticas de acolhimento. À luz da memória social e institucional, conclui-se que os registros e as práticas produzidos pela rede preservam experiências, tensões e formas de intervenção, oferecendo subsídios para qualificar as políticas de permanência. Os resultados expressam a perspectiva das equipes diretivas e não constituem acesso direto às memórias de estudantes e familiares.

Palavras-chave: memória social; infrequência escolar; evasão escolar; busca ativa escolar; FICAI; políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

This dissertation, developed within the Memory and Cultural Languages research line of the Graduate Program in Social Memory and Cultural Assets, analyzes school absenteeism and dropout in Esteio, Rio Grande do Sul, Brazil, based on the perceptions of school management team professionals from full-time municipal schools and on institutional documents related to the Active School Search Program (Busca Ativa Escolar - BAE) and the Student Absenteeism Notification Form (Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI). The general objective was to analyze, from this corpus, the contributions and limitations of BAE and FICAI in addressing school absenteeism and dropout. This qualitative study combined documentary analysis, bibliographic research, and an electronic questionnaire sent to twenty professionals, nine of whom completed it. Content analysis was organized through thematic categories constructed from recurring themes and meanings in the responses. The results indicate that participants recognize the relevance of BAE and FICAI for identifying and monitoring students, while also reporting limitations related to insufficient staffing, work overload, delays in service provision, and weak intersectoral coordination. The perceptions analyzed also connect school retention with belonging, family trajectories, and welcoming practices. From the perspective of social and institutional memory, the study concludes that records and practices produced by the educational network preserve experiences, tensions, and forms of intervention that can support improved school retention policies. The results express the perspective of school management teams and do not constitute direct access to the memories of students and their families.

Keywords: social memory; school absenteeism; school dropout; Active School Search Program (BAE); Student Absenteeism Notification Form (FICAI); educational public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Esteio	19
Figura 2 - Gráfico da Evasão Escolar	33
Figura 3 - Função da escola antes de acionar o BAE.	34
Figura 4 - Fluxo da Busca Ativa Escolar -	35
Figura 5 - Níveis de tempo, identidade e memória.	39
Figura 6 - Memória Comunicativa e Memória Cultural.	42
Figura 7 - Etapas da pesquisa.	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caracterização das Escolas Municipais de Esteio.

50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados demográficos de Esteio/RS	18
Quadro 2 - Percentual de Infrequência em Esteio/RS	20
Quadro 3 - Questões do Bloco 1.	51
Quadro 4 - Caracterização dos participantes da pesquisa.	53
Quadro 5 - Questões do Bloco 2.	54
Quadro 6 - Percepção sobre Evasão Escolar.	56
Quadro 7 - Questões do Bloco 3.	57
Quadro 8 - Percepção sobre o BAE.	59
Quadro 9 - Questões do Bloco 4.	61
Quadro 10 - Memória, trajetória e permanência na escola.	63
Quadro 11 - Questões do Bloco 5.	65
Quadro 12 - Articulação Intersetorial e Redes de Apoio no Enfrentamento da Evasão Escolar.	66
Quadro 13 - Questões do Bloco 6.	68
Quadro 14 - Avaliação dos participantes para as Políticas Públicas e do Programa Busca Ativa Escolar.	69
Quadro 15 - Questões do Bloco 7.	71
Quadro 16 - Relação entre Memórias, Identidades e Políticas Públicas no Enfrentamento da Evasão Escolar.	72

LISTA DE SIGLAS

BAE - Busca Ativa Escolar

CONGEMAS - Colegiado nacional de gestores municipais de assistência social

CONASEMS - Conselho nacional de secretarias municipais de saúde

EMEJA - Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos

FICAI - Ficha de comunicação do aluno infrequente

RAE - Rede de apoio às escolas

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNDIME - União nacional dos dirigentes Municipais de educação

UNICEF- Fundo das nações unidas para a infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Memorial	16
1.2 Contexto	18
1.2.1 <i>Questão de Pesquisa</i>	21
1.2.2 <i>Objetivos</i>	22
1.2.3 <i>Justificativa</i>	22
2 BASES CONCEITUAIS	25
2.1 Memória Social	28
2.2 Evasão escolar e as políticas públicas do Busca Ativa Escolar	32
2.3 Memória social, memória institucional e evasão escolar	35
2.4 Cultura Escolar	38
2.5 Infrequência Escolar	41
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	44
3.1 Busca Ativa Escolar	46
3.2 Uso de Inteligência Artificial como ferramenta de apoio	48
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	49
4.1 Análise do Questionário	51
4.1.1 <i>Bloco 1 – Perfil dos Participantes</i>	51
4.1.2 <i>Bloco 2 - Percepções sobre a Evasão Escolar</i>	54
4.1.3 <i>Bloco 3 - Políticas Públicas e Busca Ativa Escolar</i>	57
4.1.4 <i>Bloco 4 - Memórias Familiares, Trajetórias de Vida e Permanência Escolar</i>	61
4.1.5 <i>Bloco 5 - Articulação Intersetorial e Redes de Apoio no Enfrentamento da Evasão Escolar</i>	64
4.1.6 <i>Bloco 6 - Avaliação das Políticas Públicas e do Programa Busca Ativa Escolar</i>	67
4.1.7 <i>Bloco 7- Memórias, Identidades e Políticas Públicas no Enfrentamento da Evasão Escolar</i>	70
4.2 Síntese analítica dos resultados	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
Apêndice A – Modelo de Carta de Aceite da Escola	83
Apêndice B – Modelo de TCLE	84
Apêndice C – Declaração de Uso de Inteligência Artificial como Ferramenta de Apoio	86

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado está inserida na Linha de Pesquisa Memória e Linguagens Culturais do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. O estudo analisou, a partir das percepções das equipes diretivas de escolas municipais de tempo integral e de documentos institucionais, a infrequência e a evasão escolar no município de Esteio/RS, com destaque para as ações da Busca Ativa Escolar (BAE) e da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

O direito à educação constitui um dos princípios fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que garantem o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica. Entretanto, apesar dos avanços legais e institucionais, a evasão escolar ainda representa um importante desafio para os sistemas educacionais brasileiros, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social, desigualdade econômica e fragilidade dos vínculos entre escola, família e comunidade.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender não apenas a evasão escolar em si, mas também a infrequência escolar, frequentemente considerada uma etapa que antecede o abandono definitivo dos estudos. Caracterizada pela ausência recorrente dos estudantes às atividades escolares, a infrequência compromete a aprendizagem, enfraquece os vínculos com a escola e pode resultar no afastamento progressivo do aluno do ambiente educacional. Por essa razão, constitui um dos principais indicadores de risco monitorados pelas instituições escolares e pelos órgãos responsáveis pela garantia do direito à educação.

Com o objetivo de acompanhar essas situações, os sistemas educacionais utilizam mecanismos de monitoramento e proteção, entre eles a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) e o Programa Busca Ativa Escolar. A FICAI atua como instrumento de registro, comunicação e acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência, permitindo a articulação entre os diferentes setores responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Atualmente, sua utilização integrada à Busca Ativa Escolar possibilita que os órgãos que compõem a rede de proteção, como Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e demais instituições envolvidas, acompanhem e atuem de forma

articulada nos casos identificados, fortalecendo as ações de prevenção ao abandono e à evasão escolar.

De acordo com Fundo das Nações Unidas para a Infância, o UNICEF (2022), a Busca Ativa Escolar consiste em uma estratégia gratuita desenvolvida para auxiliar estados e municípios no combate à exclusão escolar. Criada em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), a iniciativa combina recursos tecnológicos e metodologia social voltados à identificação de crianças e adolescentes fora da escola. A partir das informações registradas pelos agentes envolvidos, a plataforma mobiliza uma equipe intersetorial responsável pela adoção das medidas necessárias para assegurar o retorno, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

No município de Esteio/RS, a Busca Ativa Escolar integra uma rede intersetorial composta por profissionais das áreas da Educação, Saúde, Assistência Social e demais órgãos de proteção. A articulação entre a Busca Ativa Escolar e a FICAI permite o compartilhamento de informações e o acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência escolar por diferentes setores da rede, favorecendo intervenções mais ágeis e integradas. Essa atuação conjunta fortalece as estratégias de prevenção ao abandono escolar e amplia as possibilidades de permanência dos estudantes na escola.

As causas da infrequência e da evasão escolar são diversas e envolvem fatores socioeconômicos, dificuldades familiares, situações de violência, questões relacionadas à saúde física e mental, experiências escolares negativas e condições de vulnerabilidade social. Muitas vezes, essas situações estão associadas às histórias de vida dos estudantes e de suas famílias, influenciando a forma como percebem a escola, a educação e suas possibilidades de futuro.

Nessa perspectiva, a memória social constitui um elemento central da investigação. O corpus empírico não reúne depoimentos diretos de estudantes e familiares; ele permite examinar como profissionais das equipes diretivas interpretam trajetórias familiares, experiências escolares, pertencimentos e afastamentos. Essa delimitação amplia a análise para além dos indicadores quantitativos sem atribuir aos estudantes e às famílias falas que não foram produzidas diretamente por eles.

A memória institucional também ocupa lugar de destaque nesta pesquisa. A forma como as escolas registram, interpretam e enfrentam situações de infrequência e evasão revela práticas, valores e concepções construídas ao longo do tempo. Conforme destaca Costa (1997, p. 139), a escola pode ser percebida como um “lugar de exclusão da diferença e da mudança”, evidenciando a necessidade de constante reflexão sobre suas práticas e sobre sua capacidade de acolher as diferentes realidades presentes no contexto escolar.

Além das políticas educacionais, as políticas culturais podem contribuir significativamente para o fortalecimento dos vínculos entre estudantes e escola. Projetos envolvendo arte, música, teatro, esporte e outras manifestações culturais favorecem a construção da identidade, do pertencimento e da participação dos sujeitos, constituindo importantes estratégias de prevenção à evasão escolar e promoção da permanência.

Diante desse contexto, a pesquisa analisou as contribuições e os limites da Busca Ativa Escolar e da FICAI na rede municipal de ensino de Esteio/RS, considerando as percepções das equipes diretivas sobre memória social, identidade, infrequência, abandono, evasão e permanência escolar. Buscou-se compreender como esses profissionais interpretam as trajetórias dos estudantes e de suas famílias e como avaliam as ações desenvolvidas pela escola e pela rede de proteção.

Para contextualizar a temática investigada, este trabalho apresenta inicialmente o memorial da pesquisadora, seguido da contextualização da questão de pesquisa, dos objetivos, da justificativa, das bases conceituais, dos referenciais teóricos, dos procedimentos metodológicos, da análise das evidências produzidas e das considerações finais.

1.1 Memorial¹

Pelo presente memorial descrevo minha trajetória acadêmica e profissional até a presente data. Possibilitando a reflexão sobre vivências, escolhas e práticas profissionais. Tive uma estrutura familiar estável e de valores firmes. Meus pais eram rígidos, principalmente quando se tratava da escola, responsabilidades e honestidade.

¹ Para uma melhor fluidez na leitura, o memorial foi redigido em primeira pessoa.

Sou graduada em Pedagogia (Habilitações em Orientação Educacional e Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Orientação Educacional) pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC - Campus da PUC/RS). Iniciei o curso em 1999 e conclui 2003. A primeira especialização ocorreu em 1999, na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC - Campus da PUCRS - presencial). Neste período atuava como estagiária, auxiliar de educação infantil. Já havia trabalhado em outras áreas antes, mas não na área da educação. Na época da faculdade, fiz um curso de informática, e logo fui trabalhar de carteira assinada nessa escola. Fiquei alguns anos nessa escola e logo saí, mesmo gostando. Queria trabalhar numa escola regular e adquirir experiência, foi onde consegui numa escola particular, dar aula de Ética e Cidadania, alguns dias na semana. Terminei a faculdade. Em 2004, iniciei a Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional. Fiz alguns concursos, mas o que eu desejava mesmo era trabalhar na minha área, na Orientação Educacional. Surgiu o concurso em Esteio, pois somente lá, estava aberto na época e fiz. Sempre morei em Porto Alegre, mas não abriu concurso para a Orientação. Em 2007, fui chamada pela Prefeitura Municipal de Esteio, onde fui nomeada para o cargo de Orientadora Educacional (40h), fazendo parte da Equipe Diretiva onde estou até o momento, atuando na minha área, a qual me identifico muito. Todas as escolas da rede de Esteio que trabalhei são de tempo integral. Segui com alguns cursos na área da Educação, mas o meu sonho mesmo, era fazer o mestrado. Como Orientadora Educacional, trabalhando diretamente com os alunos, realizei alguns projetos para que os alunos fossem assíduos, entendendo a importância do estudo, para o nosso desenvolvimento pessoal e coletivo, por meio da educação e do aprendizado, nos tornamos cidadãos críticos e conscientes. Entre diversos temas trabalhados com os alunos, inclusive os faltosos, principalmente sobre infrequência e em situação de abandono escolar, percebi a importância de trabalhar a evasão escolar, resgatando os estudantes que por um motivo ou outro, vinham desistindo da escola, os levando a dificuldade de aprendizagem, até mesmo evadindo. Que também, é o papel do orientador educacional.

O desafio, o comprometimento profissional e a intenção de desenvolver uma proposta pedagógica inovadora se apresentaram como norteadores iniciais. Concomitantemente às práticas cotidianas no ambiente escolar, emergiu a

necessidade de fundamentar teoricamente as ações, com o objetivo de compreender e qualificar o trabalho realizado, sobretudo diante das problemáticas da infrequência e evasão escolar. A partir de leituras introdutórias, optei por aprofundar-me no estudo e na pesquisa das diversas possibilidades que envolvem a dimensão cultural que é a evasão escolar, provinda da infrequência. Despertou-se, assim, o meu interesse em analisar, sob uma abordagem teórica, uma experiência que se mostrava profundamente significativa e que, conforme os indícios observados na prática diária, vinha contribuindo positivamente para o vínculo e permanência dos estudantes na escola.

Assim, em agosto de 2024 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, na Linha de Pesquisa Memória e Linguagens Culturais, a fim de cursar o mestrado para buscar respostas às minhas indagações sobre a infrequência e evasão escolar.

1.2 Contexto

A infrequência e a evasão escolar constituem desafios estruturais à efetivação do direito à educação no Brasil, particularmente no que se refere à permanência qualificada de crianças e adolescentes na escola. Embora os marcos legais assegurem esse direito, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), na prática persistem barreiras sociais, econômicas, culturais e institucionais que contribuem para o afastamento progressivo dos estudantes do ambiente escolar. A infrequência, muitas vezes invisibilizada nos dados estatísticos, configura-se como uma etapa intermediária, silenciosa e crítica, que precede a evasão definitiva, devendo ser compreendida como um fenômeno de risco agravado (Instituto Unibanco, 2024).

Nesse cenário de combate à infrequência e à evasão escolar, destaca-se a atuação do Programa Busca Ativa Escolar (BAE).

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) (UNICEF, 2022).

Associada a esse processo, a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) constitui um importante instrumento de monitoramento da frequência escolar,

permitindo o registro, o acompanhamento e o encaminhamento de situações de infrequência escolar. Sua utilização favorece a atuação articulada entre escola, família e rede de proteção, contribuindo para a garantia do direito à educação e para a prevenção do abandono escolar (MPRS, s.d.). Atualmente, a integração entre a FICAI e a Busca Ativa Escolar possibilita que diferentes setores da rede de proteção, como Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar, acompanhem e intervenham de forma conjunta nos casos identificados, fortalecendo as ações de enfrentamento à infrequência e à evasão escolar.

O município de Esteio/RS aderiu ao Programa Busca Ativa Escolar em 2018 (SME, 2025), cuja proposta é promover a articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas, com o objetivo de identificar, acompanhar e reintegrar estudantes em situação de infrequência ou abandono. Entretanto, mais do que a implementação técnica de protocolos institucionais, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre as dimensões subjetivas e coletivas que atravessam a trajetória escolar dos sujeitos, sobretudo no que se refere às experiências que moldam suas relações com a escola e com os processos educativos.

As vivências escolares e familiares podem ser compreendidas por meio de memórias individuais, coletivas e institucionais que participam da construção de identidades e pertencimentos. Entretanto, investigar como estudantes e famílias narram essas experiências exigiria sua escuta direta. Neste estudo, essa relação é examinada a partir das percepções das equipes diretivas e dos documentos institucionais, reconhecendo-se essa mediação como limite do corpus.

Inserida nessa perspectiva, a pesquisa incorporou a memória social como chave para analisar os sentidos produzidos pelas equipes diretivas sobre escolarização, pertencimento e permanência. A abordagem permite examinar como as interpretações profissionais e os registros institucionais participam das estratégias de acompanhamento, sem confundi-los com as experiências narradas pelos próprios estudantes e familiares.

O contexto empírico desta pesquisa foi constituído pela rede municipal de ensino de Esteio/RS, contemplando profissionais das equipes diretivas de escolas municipais de tempo integral que atuam diretamente no acompanhamento de estudantes em situação de infrequência e evasão escolar. O município de Esteio, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024),

apresenta características socioeconômicas e educacionais que serão apresentadas no Quadro 1.

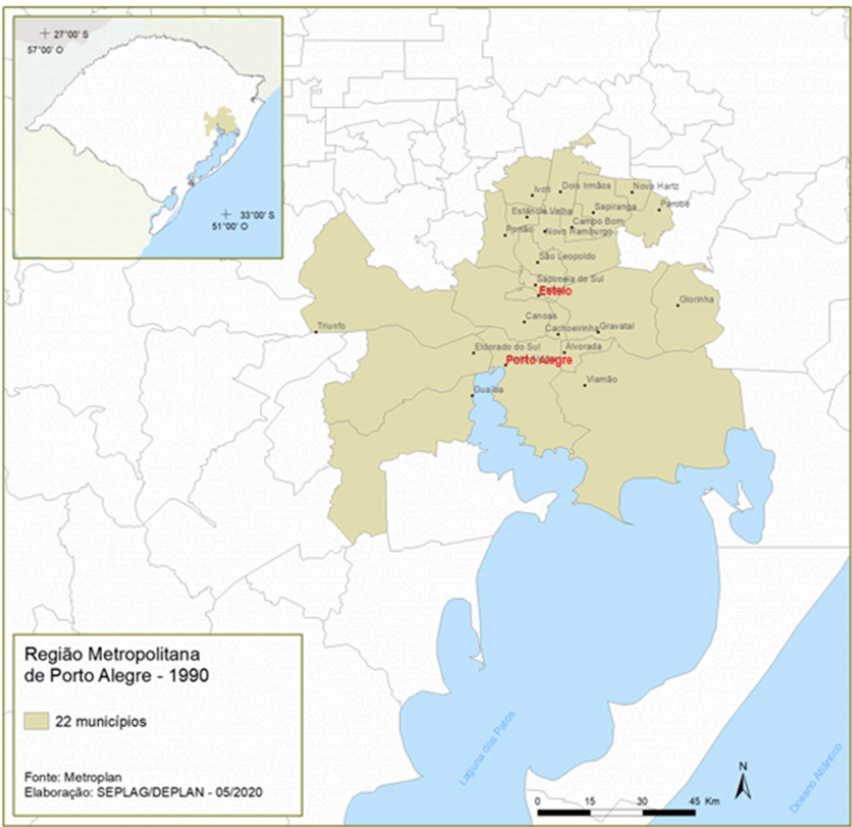
Quadro 1 - Dados demográficos de Esteio/RS

População no último censo [2022]	76.137 pessoas
População estimada [2024]	78.181 pessoas
Densidade demográfica [2022]	2.751,01 habitante por quilômetro quadrado
Escolarização 6 a 14 anos [2022]	99,4%
Área da unidade territorial [2024]	27,676 km²
COR OU RAÇA (2022)	
Cor ou raça predominante: Branca	
Branca	60.277
Preta	5.810
Amarela	55
Parda	9.930
Indígena	65

Fonte: IBGE (2024)

Já a Figura 1 apresenta a localização do município de Esteio na região metropolitana de Porto Alegre.

Figura 1 - Localização de Esteio



Fonte: Rio Grande do Sul (2024).

No campo da educação no município de Esteio, o IBGE (2024) apresenta os seguintes dados:

Em 2022, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99,4%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 231 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 1924 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6 e para os anos finais, de 5,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 288 e 170 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2357 e 1386 de 5570 (IBGE, 2024).

Referente ao número total de alunos da rede municipal de Esteio, segue no Quadro 2, os índices apresentados do primeiro semestre, do Pré 1 ao 9º ano percentual de infrequência.

Quadro 2 - Percentual de Infrequência em Esteio/RS

Total de alunos	Alunos com FICAI aberta	Alunos em BAE
10.609	70	155
Percentual de infrequência no período: 1,46%		
Período de Fevereiro a Julho/2025		

Fonte: SME (2025).

A partir da reflexão sobre esta contextualização, foram formuladas a questão de pesquisa e os objetivos geral e específicos, descritos nas próximas subseções.

1.2.1 Questão de Pesquisa

A pesquisa toma como objeto as percepções das equipes diretivas e os documentos institucionais relacionados à infrequência, à evasão e às ações da BAE e da FICAI. Essa delimitação reconhece que o questionário acessou interpretações profissionais sobre as trajetórias escolares e familiares, e não as memórias de estudantes e familiares em primeira pessoa.

A evasão escolar foi compreendida como fenômeno social e institucional, relacionado às desigualdades, às condições de vida, às experiências escolares e à atuação da rede de proteção. A memória social e a memória institucional oferecem chaves para analisar como os profissionais constroem sentidos sobre essas trajetórias e como os registros da BAE e da FICAI preservam práticas, dificuldades e formas de intervenção.

Dessa forma, a pesquisa foi orientada pela seguinte questão: Como as equipes diretivas das escolas municipais de tempo integral de Esteio/RS percebem as relações entre trajetórias familiares, memória social, infrequência e evasão escolar no contexto das ações da Busca Ativa Escolar e da FICAI?

1.2.2 Objetivos

A pesquisa teve como objetivo geral analisar, a partir das percepções das equipes diretivas e dos documentos institucionais, as contribuições e os limites da Busca Ativa Escolar e da FICAI para o enfrentamento da infrequência e da evasão escolar nas escolas municipais de tempo integral de Esteio/RS.

Como objetivos específicos, foram definidos:

- a) descrever os fluxos e os instrumentos institucionais da Busca Ativa Escolar e da FICAI no município de Esteio/RS;
- b) identificar, segundo as equipes diretivas, os fatores associados à infrequência e à evasão escolar;
- c) analisar as percepções profissionais sobre as contribuições e os limites da BAE e da FICAI;
- d) compreender como as equipes diretivas interpretam as relações entre trajetórias familiares, memória social, pertencimento e permanência escolar;
- e) examinar a articulação entre escola, família e rede de proteção e relacionar os achados aos conceitos de memória social e memória institucional.

1.2.3 Justificativa

A infrequência e a evasão escolar representam desafios persistentes para a efetivação do direito à educação no Brasil. Embora esse direito esteja assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a permanência de crianças e adolescentes na escola ainda é atravessada por fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais que dificultam a continuidade dos processos educativos. No município de Esteio/RS, as ações desenvolvidas por meio da Busca Ativa Escolar e da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) têm assumido papel relevante na identificação, no acompanhamento e no encaminhamento de estudantes em situação de infrequência ou risco de evasão, contribuindo para a garantia do direito à educação.

A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de compreender a infrequência e a evasão escolar para além dos indicadores educacionais, reconhecendo-as como fenômenos sociais que envolvem experiências de vida, trajetórias familiares, memórias e identidades construídas ao longo do tempo. A infrequência escolar, muitas vezes compreendida apenas como um dado

administrativo, evidencia processos de afastamento progressivo da escola e constitui um importante sinal de alerta para situações que podem culminar no abandono escolar.

Nessa perspectiva, interessa compreender como as equipes diretivas interpretam as experiências escolares e familiares e como essas interpretações orientam práticas de acompanhamento. As respostas dos profissionais permitem identificar valores, expectativas e enquadramentos institucionais atribuídos às trajetórias, sem serem tomadas como narrativas diretas de estudantes e familiares.

A pesquisa também se justifica pela necessidade de analisar criticamente as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da infrequência e da evasão escolar. Mais do que instrumentos técnicos de monitoramento e acompanhamento, programas como a Busca Ativa Escolar e a FICAI mobilizam práticas institucionais, articulações intersetoriais e ações desenvolvidas pela rede de proteção social. A compreensão dessas experiências possibilita identificar potencialidades, desafios e limites das políticas implementadas no contexto municipal.

Sob a perspectiva da Memória Social, entende-se que as experiências dos sujeitos são construídas coletivamente e influenciam a forma como cada indivíduo percebe a escola, o pertencimento e os processos educativos (Halbwachs, 1990). Da mesma forma, a memória institucional contribui para compreender como práticas, rotinas e formas de atuação desenvolvidas pelas instituições escolares são preservadas, transformadas e ressignificadas ao longo do tempo (Thiesen, 2013). Assim, as memórias individuais, coletivas e institucionais evidenciam aspectos importantes para a compreensão das trajetórias escolares e dos processos de permanência educacional.

Além disso, os estudos contemporâneos sobre memória destacam que passado e presente não se encontram dissociados, mas articulam-se continuamente na produção das experiências sociais. As vivências acumuladas pelos sujeitos, pelas famílias e pelas instituições influenciam a construção de identidades, pertencimentos e expectativas em relação à escola, evidenciando que os processos educativos são atravessados por dimensões históricas, culturais e simbólicas.

Dessa forma, esta pesquisa justificou-se pela contribuição que oferece ao campo da Memória Social e Bens Culturais ao evidenciar as relações entre memória, identidade, infrequência escolar, evasão e políticas públicas educacionais. No plano aplicado, buscou contribuir para a reflexão sobre estratégias de prevenção

da evasão e fortalecimento da permanência escolar, considerando a realidade do município de Esteio/RS e as experiências vividas pelos profissionais que atuam diretamente no acompanhamento dos estudantes e de suas famílias.

A contribuição científica do estudo reside na articulação entre memória social, memória institucional e políticas de permanência escolar em um caso municipal. Ao analisar conjuntamente percepções profissionais, registros e fluxos da BAE e da FICAI, a pesquisa evidencia como a rede de ensino registra, seleciona e interpreta experiências de infrequência, oferecendo uma leitura que aproxima o campo da Memória Social dos desafios cotidianos da política educacional.

A pesquisa também apresentou aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades). Ao investigar as trajetórias escolares de estudantes em situação de vulnerabilidade, contribuiu para a reflexão e para a construção de estratégias que favorecem o acesso, a permanência e o sucesso escolar, reconhecendo a educação como um elemento fundamental para a redução das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Além disso, a relevância social da pesquisa evidencia-se diante dos desafios enfrentados pela educação brasileira em contextos de desigualdade e vulnerabilidade. No contexto local, as percepções dos profissionais que acompanham estudantes e famílias permitem identificar tensões, potencialidades e limites das ações de permanência, qualificando a reflexão sobre a rede de proteção e sobre as responsabilidades institucionais.

Conforme estabelece a Constituição Federal:

a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Nesse sentido, compreender os fatores que influenciam a infrequência e a evasão escolar constitui uma condição necessária para o fortalecimento de políticas públicas mais humanizadas, inclusivas e comprometidas com a garantia do direito à educação.

2 BASES CONCEITUAIS

A discussão sobre temporalidade dialoga com Leda Maria Martins (2021), para quem o tempo espiralar articula passado, presente e futuro por meio de retornos, atualizações e reinscrições. Formulado no campo das performances e dos saberes afro-diaspóricos, o conceito não deve ser transposto automaticamente para a organização escolar; sua utilização exige reconhecer o contexto teórico e cultural do qual emerge.

Na escola coexistem temporalidades distintas. O tempo do ensino é predominantemente cronológico e institucional, organizado por calendário, horários, etapas, frequência e progressão. O tempo da aprendizagem e da experiência, contudo, é heterogêneo: envolve ritmos, interrupções, retomadas e ressignificações que não se ajustam integralmente à linearidade administrativa.

Sob essa cautela, o tempo espiralar funciona como chave interpretativa para pensar que o retorno de um estudante após um período de infrequência não o restitui simplesmente ao mesmo ponto. A experiência anterior permanece e pode ser reelaborada na relação com a escola. Isso não significa afirmar que a instituição escolar opere segundo uma temporalidade espiralar, mas reconhecer a tensão entre o tempo normativo do ensino e os tempos singulares da aprendizagem e das trajetórias.

Como estudantes e familiares não foram ouvidos diretamente, esta dissertação não apresenta o tempo espiralar como evidência das experiências desses sujeitos. O conceito é mobilizado de modo delimitado para interpretar as percepções das equipes diretivas sobre afastamentos, retornos e reconstruções de vínculos, evitando reduzi-lo a uma metáfora de circularidade.

A partir dos eixos apresentados, a dissertação adota uma abordagem ampliada sobre a evasão escolar, inserindo-a em um campo interpretativo que considera não apenas dados quantitativos, mas também os aspectos simbólicos, identitários e históricos que permeiam a relação dos sujeitos com a escola. A evasão e a infrequência escolar são compreendidas como fenômenos sociais complexos, que envolvem as trajetórias de vida dos estudantes, suas condições materiais de existência e, sobretudo, a forma como constroem sentidos sobre o espaço escolar.

O conceito de memória coletiva, conforme formulado por Maurice Halbwachs (2006), sustenta que a lembrança individual é reconstruída a partir de quadros

sociais. No corpus desta pesquisa, essa formulação não autoriza inferir diretamente o que estudantes e famílias lembram; ela orienta a análise dos quadros de interpretação mobilizados pelas equipes diretivas ao atribuírem sentido às trajetórias escolares e familiares.

Ao abordar a relação entre indivíduo e sociedade, Halbwachs (2006) destaca que não pretende reduzir a experiência humana ao coletivo, mas compreender a memória individual como algo profundamente enraizado no contexto social. Segundo o autor, lembrar não é um ato isolado, mas uma atividade mediada pelas referências coletivas com as quais o sujeito interage ao longo de sua vida. Assim, as lembranças pessoais não surgem de forma autônoma, mas estão sempre conectadas a eventos, práticas e narrativas compartilhadas no grupo social ao qual o indivíduo pertence.

No contexto educacional, essa perspectiva é fundamental para compreender como as experiências escolares, positivas ou negativas, são registradas nas trajetórias de estudantes e famílias em situação de infrequência ou evasão escolar. Esses registros não são apenas individuais, mas carregam sentidos coletivos que influenciam a forma como os sujeitos se relacionam com a escola, com a aprendizagem e com as políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. Desse modo, analisar a evasão escolar a partir da memória social evidencia a complexidade dos vínculos e das rupturas estabelecidos com a instituição escolar ao longo do tempo.

A partir dessa compreensão, torna-se possível reconhecer que as experiências vividas pelos sujeitos são atravessadas por referências coletivas que influenciam a construção de suas identidades, de seus pertencimentos e de suas formas de relação com a escola. Nesse sentido, a memória constitui um elemento central para compreender como os indivíduos interpretam suas trajetórias educacionais e atribuem significado às experiências escolares.

[...] para nós, ao contrário, não subsistem, em galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nós representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que, até mesmo, cremos que provêm completamente de nossa memória (Halbwachs, 2006, p.77).

A reflexão apresentada por Halbwachs (2006) permite compreender que a memória é construída socialmente e que as experiências individuais estão profundamente vinculadas aos grupos e contextos dos quais os sujeitos fazem parte.

Dessa forma, as lembranças relacionadas à escola, à aprendizagem e às trajetórias educacionais não podem ser analisadas apenas sob uma perspectiva individual, mas também como resultado das relações sociais, familiares e institucionais vivenciadas ao longo do tempo.

A identidade é compreendida como construção social e relacional vinculada a experiências de reconhecimento e pertencimento. Entretanto, como o estudo não reuniu narrativas diretas de estudantes evadidos, as rupturas de pertencimento são discutidas a partir das percepções profissionais e dos registros institucionais, respeitando o alcance do instrumento de coleta.

A compreensão da memória coletiva neste estudo também se alinha à perspectiva contemporânea de temporalidade como movimento contínuo e não linear. A evasão escolar, sob essa ótica, não é compreendida como um evento isolado do presente, mas como parte de um processo histórico e cultural no qual práticas tradicionais, modos de vida, expectativas familiares e visões sobre a educação se entrelaçam com políticas contemporâneas, tecnologias educacionais e discursos institucionais.

Esse entrelaçamento entre tradição e modernidade rompe com a visão dualista de que o novo substitui integralmente o antigo, permitindo compreender que elementos tradicionais continuam atuando no cotidiano escolar. Evidenciam-se, por exemplo, concepções punitivas de disciplina, o foco excessivo em resultados ou o distanciamento das culturas locais, mesmo em contextos marcados por políticas contemporâneas de enfrentamento da evasão escolar.

Nessa perspectiva, memória e posicionamento dos sujeitos constituem-se reciprocamente: as experiências sociais orientam o que é lembrado e como é narrado, enquanto as reconstruções do passado participam das interpretações e das ações no presente. Assim, não se estabelece uma causalidade unilateral entre memória e relação com a escola.

Já a memória institucional diz respeito à forma como as escolas e os sistemas de ensino registram, narram e organizam historicamente suas práticas e políticas. Ao investigar a memória documental da evasão escolar no município de Esteio/RS, busca-se compreender como os registros, discursos oficiais e práticas administrativas constroem narrativas sobre os sujeitos em situação de infrequência ou evasão, muitas vezes marcadas por estigmas, preconceitos ou naturalizações da exclusão.

Nesse contexto, destacam-se as políticas públicas e os instrumentos institucionais voltados ao acompanhamento da frequência escolar, entre eles o Programa Busca Ativa Escolar e a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI). A Busca Ativa Escolar constitui uma estratégia intersetorial que articula educação, saúde, assistência social e demais órgãos da rede de proteção na identificação e no acompanhamento de estudantes em situação de infrequência ou abandono escolar (UNICEF, 2022).

Associada a esse processo, a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) constitui um importante instrumento de monitoramento da frequência escolar, permitindo o registro, o acompanhamento e o encaminhamento de situações de infrequência. Sua utilização favorece a atuação articulada entre escola, família e rede de proteção, contribuindo para a garantia do direito à educação e para a prevenção do abandono escolar (MPRS, s.d.).

Mais do que instrumentos administrativos, a BAE e a FICAI produzem registros que integram a memória institucional da rede. Esses documentos testemunham trajetórias escolares, decisões, encaminhamentos e limites de atuação. Nesse sentido, podem ser compreendidos como suportes documentais da memória educacional e como bens culturais potenciais, na medida em que preservam experiências socialmente significativas e permitem interrogar como a instituição seleciona, nomeia e transmite suas práticas.

As memórias vividas e institucionalizadas se entrelaçam na formação das identidades dos estudantes e de suas famílias. A escola, como espaço simbólico e concreto, pode tanto reforçar quanto desestabilizar identidades sociais historicamente marginalizadas. Quando políticas públicas como a Busca Ativa Escolar se articulam com práticas sensíveis à diversidade de trajetórias, elas podem contribuir para a reconstrução de vínculos e para a ressignificação da identidade do sujeito enquanto pertencente ao espaço escolar.

2.1 Memória Social

A seção parte de Candau para delimitar a memória social como processo de atribuição de sentido e, em seguida, aproxima essa contribuição dos quadros sociais de Halbwachs e da memória institucional. O objetivo não é reunir definições

sucessivas, mas explicitar quais conceitos serão utilizados na leitura das percepções profissionais e dos registros escolares.

Candau (2012, p. 61), reforça que

através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta sua intenção a este respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo, como no espaço) conferindo-lhe sentido.

Assim, a memória social constitui um meio essencial para ativar esse canal de comunicação entre passado e presente, no contexto das relações entre a escola e a comunidade escolar no que diz respeito à evasão escolar.

Segundo Oliveira (2024, p. 27) “Quando se está em um grupo, por exemplo, é ofertado a ele nossas memórias e somos, na mesma proporção, imersos nas memórias do grupo”. No contexto escolar, essa rememoração pode ser considerada como algo de grande relevância, pois ela favorece uma reflexão crítica sobre o papel da escola e reafirma a sala de aula como o espaço legítimo de pertencimento dos estudantes. É reconhecido que indivíduos que vivenciam algum tipo de discriminação tendem a silenciar suas experiências, evitando expô-las publicamente para não enfrentar constrangimentos adicionais, o que acaba por gerar um acúmulo de memórias marcadas pelo ressentimento (Ansart, 2004).

Diversos campos do conhecimento vêm se dedicando ao estudo das sensações de deslocamento e perda de referências vivenciadas pelo sujeito, compreendido como portador de memória e agente de transmissão de lembranças.

A memória carrega o passado, porém a partir da dinâmica do presente. A cultura traz consigo a história de um povo e é repassada a cada geração, tendo vistas no futuro. A manutenção da cultura e da memória de um povo somente se torna possível quando há vínculos identitários. Se identificar com um grupo de pessoas, com um lugar, com algum objeto ou com alguma prática social é se sentir pertencente, é querer preservar e manter tais identidades vivas no presente e para o futuro (Assumpção; Castral, 2022, p. 7).

No entanto, a memória pode ser compreendida como uma identidade em constante transformação, pois ambas, memória e identidade, estão profundamente conectadas e se reforçam mutuamente. A memória conserva o passado, porém está continuamente transformada pelo presente (Assumpção; Castral, 2022). Nessa perspectiva, a memória é concebida em articulação inseparável com categorias como gênero e etnia, considerando o peso identitário que elas assumem e (re) constroem no contexto contemporâneo.

Santos (2013, p. 61), por sua vez, afirma que

As memórias do passado, portanto, não trazem de volta experiências do mundo de antepassados, pois em cada memória o que é preservado é o

sentido da simultaneidade de experiências alcançado pelos indivíduos em interações sociais (Santos, 2013, p. 61).

Santos (2013) ainda pontua que, embora ainda existam estudos sobre memória coletiva baseados nas teorias tradicionais da sociologia, alguns com foco nos indivíduos, outros nas estruturas sociais, a maior parte das pesquisas mais recentes tem adotado uma nova compreensão do tempo. Em vez de tratá-lo como algo fixo ou rigidamente separado entre passado e presente, essas abordagens entendem o tempo como um fluxo contínuo e múltiplo, que não segue uma linha reta.

Dentro dessa perspectiva, a oposição radical entre tradição e modernidade perde força. Ao invés de vê-las como etapas distintas e excludentes, o que se propõe é uma relação constante e complexa entre passado e presente. Essa visão vai contra a ideia de que a modernidade teria eliminado completamente as formas tradicionais de ser e pensar.

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância (Halbwachs, 2006, p. 49).

Na prática, o que se observa é a permanência de elementos tradicionalmente associados ao passado dentro do contexto moderno, assim como aspectos modernos também aparecem em ambientes considerados tradicionais.

O estudo da memória é fundamental para a compreensão da história humana e da sociedade e constituição atuais. [...] também enfatiza a importância de avaliar as diferenças entre comunidades de memória principalmente oral e escrita. (Oliveira, 2024, p.27).

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria (Le Goff, 2003, p. 419).

A construção da identidade individual, mediada pela memória, envolve múltiplas manifestações que operam em diferentes níveis. Conforme a conceituação de Candau (2016), essas manifestações podem ser classificadas como Protomemória (é uma memória intuitiva e afetiva, ligada às experiências diretas e emoções. Manifesta-se de forma espontânea e não reflexiva, estando presente em narrativas orais, tradições e costumes do cotidiano familiar e comunitário.) e

Metamemória (é a forma de memória consciente e crítica, resultante de reflexão e análise. Envolve pensar sobre a própria memória, organizando-a e contextualizando-a historicamente. Essa memória permite ressignificar o passado a partir do presente e está presente, principalmente, em contextos educativos, acadêmicos e sociais mais estruturados. Já Halbwachs (2006), afirma que a lembrança verdadeira não depende apenas de provas ou testemunhos externos, pois há fatos certos de nossa vida dos quais não conseguimos nos recordar de forma vívida ou pessoal. Para que uma lembrança realmente surja, não basta que alguém nos conte ou descreva o que aconteceu. É necessário que algo dessa vivência ainda permaneça em nós, seja um sentimento, uma experiência pessoal ou um vínculo com o grupo com quem a vivemos. Sem essa conexão interna, os relatos dos outros podem até parecer corretos, mas não despertam uma lembrança real.

De acordo com Oliveira (2024):

relacionando a infrequência escolar e a possível evasão, com o passar do tempo, os pensamentos desse grupo tendem a se transformar, e novas memórias vão sendo construídas gradualmente, especialmente à medida que seus integrantes mudam de postura e ingressam no ensino superior.

No entanto, esse processo muitas vezes é dificultado por fatores como a infrequência e a evasão escolar, que interrompem o vínculo dos alunos com a escola e com o próprio processo de aprendizagem.

A percepção negativa que muitos estudantes têm de si mesmos, como alguém incapaz de seguir uma trajetória acadêmica, é um dos principais obstáculos enfrentados pelos professores. Essa baixa autoestima contribui diretamente para o desinteresse, a falta de participação e, em muitos casos, para o abandono dos estudos. Diante disso, é papel fundamental do educador fortalecer a autoconfiança dos alunos, mostrando que eles têm sim potencial para transformar suas trajetórias, sem que isso signifique romper com suas origens, desrespeitar suas famílias ou se afastar de sua comunidade. Ao fazer isso, o professor atua não apenas na formação acadêmica, mas também na construção de uma identidade mais positiva e esperançosa, que pode ser determinante para combater a evasão e incentivar a permanência dos jovens na escola.

Nesse contexto, o papel da família é igualmente crucial. O ambiente familiar pode funcionar tanto como apoio quanto como obstáculo na trajetória escolar do aluno. Quando há incentivo, diálogo e valorização da educação em casa, as chances de continuidade nos estudos aumentam significativamente. Por outro lado,

famílias que, por diversos motivos, não conseguem acompanhar ou apoiar esse processo, seja por falta de informação, condições socioeconômicas ou histórico de baixa escolaridade, podem, mesmo sem intenção, reforçar a insegurança do estudante, contribuindo para um possível caminho de evasão. Por isso, o envolvimento da família, aliado à ação da escola, pode fazer toda a diferença na construção de um percurso educacional mais sólido e promissor.

2.2 Evasão escolar e as políticas públicas do Busca Ativa Escolar

A evasão escolar é uma problemática social preocupante, complexa, que mobiliza o sistema educacional em todo o Brasil. A evasão escolar e o abandono, não têm uma origem definida, pois diversos fatores podem influenciar os discentes a abandonarem os bancos escolares. A ausência de jovens no ambiente escolar representa uma questão que ultrapassa os muros da escola, configurando-se como um desafio de ordem social. Para enfrentar esse problema de maneira eficaz, é fundamental compreender a distinção entre abandono e evasão escolar. Embora frequentemente tratados como sinônimos, esses conceitos apresentam diferenças: o abandono ocorre quando o aluno interrompe a frequência às aulas durante o ano letivo, enquanto a evasão se refere à ausência de matrícula no ano seguinte, independentemente de aprovação ou reprovação (Instituto Unibanco, 2024). Dessa forma, quando se observa um crescimento no número de adolescentes e jovens que deixam de frequentar a escola ao longo do ano letivo, evidencia-se um aumento nos casos de desistência, caracterizando o fenômeno do abandono escolar. Em contrapartida, configura-se a evasão escolar quando o estudante conclui determinado ano letivo, mas não realiza a matrícula para o período seguinte. A evasão é identificada, portanto, pela ausência do registro de matrícula do aluno nos Censos Escolares nos anos subsequentes à sua última frequência escolar (Instituto Unibanco, 2024). Segundo o Instituto Unibanco (2024):

As taxas de evasão consolidadas até 2023 mostram uma trajetória de queda nos últimos anos, totalizando 3,0% no ensino fundamental e 5,9% no ensino médio, conforme divulgado no Censo Escolar 2023. Um estudo assinado por Reynaldo Fernandes Abre em uma nova guia, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Educação (MEC), traçou em 2011 um perfil dos jovens com maior risco à evasão: são os de baixa renda, em sua maioria negros, forçados precocemente ao mercado de trabalho ou que engravidam já na adolescência. Fernandes apontou que esses fatores “externos” à atividade propriamente escolar se articulam a um processo contínuo de desinteresse e desengajamento, levando, por fim, ao abandono (Unibanco, 2024).

A Figura 2 ilustra a situação da evasão no Ensino Fundamental no ano de 2023 no Brasil.

Figura 2 - Gráfico da Evasão Escolar

Gráfico 54. Evasão - Ensino Fundamental

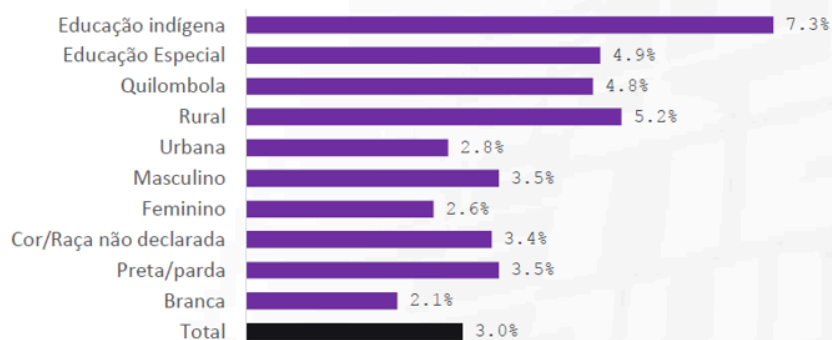


Gráfico 55. Evasão - Ensino Médio



Fonte: Instituto Unibanco (2024), a partir de dados do Inep/Censo Escolar de 2023.

Para Patto (1997):

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes popular (Patto, 1997, p. 59).

A respeito desse problema desafiador, Queiroz (2002) pontua que os estudos sobre o fracasso e a evasão escolar geralmente apontam para duas abordagens distintas em suas causas. A primeira está relacionada a fatores externos à escola, como o trabalho infantil, as desigualdades sociais, as condições de vida da criança e as influências da família. A segunda aborda fatores internos, que incluem aspectos da própria escola, a atuação dos professores e questões relacionadas à linguagem.

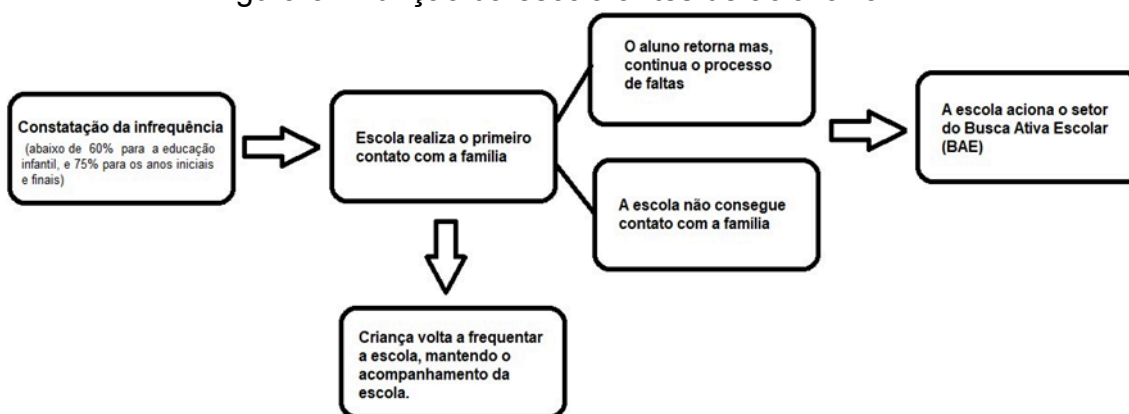
A instituição escolar desempenha uma função social fundamental ao fortalecer os laços interpessoais, promover o desenvolvimento de capacidades físicas e cognitivas, além de contribuir para a formação do estudante como sujeito ativo na sociedade. Contudo, obstáculos e constantes violações ao direito à educação elevam as chances de que adolescentes e jovens interrompam sua trajetória escolar.

Diversos fatores estão presentes nas causas que levam ao abandono e à evasão escolar. Esse projeto de pesquisa, sobre os temas evasão escolar no ensino fundamental, cultura e memória, que será realizado na cidade de Esteio- RS, contará com as políticas públicas do Busca Ativa Escolar (BAE) de Esteio como foco principal.

A Figura 3 apresenta a função da escola antes de acionar o BAE e a Figura 4 mostra o fluxo do BAE. Cada escola conta com uma equipe multidisciplinar antes de acionar o BAE, seguindo o fluxo: os professores identificam as faltas dos alunos, comunicam o setor do SOE (serviço de orientação educacional), em seguida a orientadora educacional realiza o primeiro contato com a família, visando o retorno deste aluno as aulas.

Ao retornar, este aluno é acompanhado no seu rendimento escolar e aprendizagem. Entretanto, caso este aluno não retorne, ou continue o processo de faltas, ele é encaminhado ao BAE.

Figura 3 - Função da escola antes de acionar o BAE.



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 4 - Fluxo da Busca Ativa Escolar - 2023



Fonte: Coordenação da unidade de programas educacionais (Azevedo e Pacheco, 2023)

O município de Esteio, localizado na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no Rio Grande do Sul, a partir da sua rede municipal de Educação, conta com 51 unidades escolares (dados de 2023), que são constituídas por Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs), Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), e Instituições de Educação Infantil privadas e comunitárias: vinculadas à rede municipal para ampliar o atendimento às demandas locais (Azevedo e Pacheco, 2023).

Perante esse desafio da infrequência seguida de abandono, Azevedo e Pacheco (2023) afirmam que:

Como operadores do sistema educacional de ensino em diferentes contextos geográficos, à primeira vista temos um desafio permanente na busca de garantia da frequência e aprendizagens de um conjunto expressivo de estudantes, cujo recorte etário crianças e adolescentes, se ressentem das condições mínimas de acesso aos espaços escolares por questões as mais diversas. Para contribuir com o desafio, surgem as políticas do BAE em sua dimensão multisetorial (Educação, Assistência Social e Saúde), nesse tripé de articulações em âmbito local, se dão diferentes ações de resgate a permanência escolar (Azevedo e Pacheco, 2023, p. 1).

Nesse contexto desafiador, destaca-se a atuação da estratégia do Busca Ativa Escolar (BAE), que contribui para a identificação e o resgate de estudantes em risco de exclusão educacional.

2.3 Memória social, memória institucional e evasão escolar

Toda memória pessoal está, de algum modo, conectada a uma experiência vivida em grupo.

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se

sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância (Halbwachs, 2006, p. 49).

Desse modo, a memória individual se constitui em constante articulação com os quadros sociais, que orientam tanto a lembrança quanto o esquecimento. A memória coletiva, ao mesmo tempo em que estrutura as experiências individuais, delimita sua permanência ao vinculá-las aos interesses e às necessidades do grupo em um dado contexto histórico. Assim, a memória não corresponde à totalidade do passado, mas àquilo que permanece significativo no presente coletivo, como aponta Halbwachs (2006).

A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto em uma peça de um ato para outro a mesma ação prossegue com os mesmos personagens que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo (Halbwachs, 2006, p. 81).

Por outro lado, a memória institucional é o conjunto de conhecimentos, experiências, práticas, documentos e narrativas construídos e acumulados por uma instituição ao longo de sua trajetória. E essa memória corresponde à preservação da história, dos valores e da cultura organizacional, fortalecendo sua identidade e consolidando sua cultura, conforme pontuam Moreno, Lopes e Di Chiara (2011).

As instituições quando expõem a sua memória têm a oportunidade de resgatar sua imagem perante a comunidade, notadamente como é o caso de instituições de ensino, que sempre trazem grandes impactos para as sociedades nas quais estão inseridas (Moreno; Lopes; Di Chiara, 2011, p.4).

Faz muito sentido, ao pesquisarmos as implicações dos serviços do Busca Ativa Escolar, encontrarmos eco nessas trajetórias de vida de estudantes e suas famílias, enquanto sociedade, a partir das memórias, cultura e evasão. Ao abordarmos as vivências dos grupos sociais "Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória" (Halbwachs, 2006). A memória coletiva,

e sua relação frente a memória individual, forja aspectos do comportamento dos indivíduos, sua própria percepção e condição no mundo.

A evasão escolar vai além do ambiente escolar e está ligada a fatores como conflitos familiares, baixa qualidade do ensino, políticas públicas ineficazes e condições socioeconômicas do aluno. Muitas vezes, a falta de interesse ou de perspectiva nos estudos está relacionada a dificuldades econômicas e à visão de que a educação não trará melhores oportunidades no futuro (Cabral, 2017).

Quanto a responsabilidade dos pais e responsáveis, Queiroz (2002, p. 09) diz:

Na perspectiva dos pais/responsáveis, os fatores determinantes da evasão escolar dos filhos devem-se à “má companhia” e à violência no interior da escola. No que tange à “má companhia” os pais/responsáveis em geral, afirmam que esta é consequência da necessidade de se ausentarem para trabalhar durante o dia todo e, em virtude disto, não têm tempo para acompanhar seus filhos, não somente no que diz respeito às atividades escolares, mas também, no que diz respeito às amizades.

A gestão cultural, como discutida por Holms (2022, *et al.*), oferece insights relevantes para combater a evasão escolar ao mostrar como estratégias sociais e culturais podem promover engajamento. A utilização de práticas culturais, aliada à tecnologia e redes sociais, pode reconectar estudantes à escola, despertando o interesse por meio de projetos que valorizem a identidade e a memória coletiva das comunidades. Essas iniciativas, integradas ao contexto escolar, ajudam a engajar famílias e alunos, destacando a importância da permanência na educação e reforçando o vínculo entre cultura e aprendizado.

Assim, o problema da evasão e abandono escolar, necessita ser resolvido de forma coletiva. Para analisar de maneira aprofundada os percursos que conduzem à evasão escolar, é necessário considerar os conceitos de memória social e memória institucional. Halbwachs (2006) define memória coletiva como o conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo, que moldam percepções, identidades e comportamentos. Essas memórias influenciam diretamente as escolhas e as expectativas das famílias em relação à escola.

Não se trata apenas das memórias individuais de estudantes e responsáveis, mas também das práticas históricas acumuladas pelas instituições escolares e pelos órgãos públicos. Essas práticas institucionais, muitas vezes naturalizadas, podem dificultar a atualização das políticas educacionais, reforçando estratégias que já não respondem mais às novas demandas sociais. Nesse aspecto, Candau (2019) aponta

que a memória pode carregar elementos de exclusão e cristalização de práticas conservadoras, sobretudo em espaços educacionais.

2.4 Cultura Escolar

Segundo Assmann (2008), a memória cultural refere-se ao conjunto de recordações que vão além da experiência individual, sendo preservadas por meio de instituições, textos, rituais, monumentos e tradições. Essa memória desempenha um papel essencial na formação da identidade coletiva de um grupo ou comunidade. Ela se perpetua por meio de formas simbólicas e materiais, sendo transmitida entre gerações e frequentemente sustentada por práticas sociais e políticas específicas.

Assmann (2008) também estabelece uma distinção entre dois tipos de memória: *Memória comunicativa*, que abrange lembranças do cotidiano, de curta duração e transmitidas oralmente e *Memória cultural*, que consiste em memórias mais duradouras, sistematizadas e veiculadas com o auxílio de suportes materiais e instituições, garantindo sua preservação ao longo do tempo.

Considerando autores que trabalham com memória cultural, educação, identidade e exclusão social, Pollak (1992) pode contribuir de maneira significativa com essa pesquisa. Sua obra-chave é *Memória e Identidade Social* (Pollak, 1992) e trabalha com memórias silenciadas e subjetividades marginalizadas, muito útil para pensar a memória dos alunos evadidos, que geralmente não são contemplados nos registros oficiais. Outro autor que conversa com o tema de pesquisa, é Halbwachs (2006), precursor do conceito de memória coletiva, defendendo que a memória individual é sempre construída a partir das referências sociais e coletivas de um grupo.

Ainda neste contexto, Assmann (2016) afirma que:

Memória é a faculdade que nos capacita a formar uma consciência da identidade, tanto no nível pessoal como no coletivo. A identidade, por sua vez, é relacionada ao tempo. O self humano é uma “identidade diacrônica” construída “da matéria do tempo” (Luckmann, 1983). Essa síntese de tempo e identidade é efetuada pela memória (Assmann, 2016, p.116-117).

Assmann (2016) ainda distingue três níveis de tempo, identidade e memória, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Níveis de tempo, identidade e memória.

<i>Nível</i>	<i>Tempo</i>	<i>Identidade</i>	<i>Memória</i>
interno (neuromental)	interno, tempo subjetivo	self interno	memória individual
social	tempo social	self social, pessoa como portadora de papéis sociais	memória comunicativa
cultural	tempo histórico, mítico, cultural	identidade cultural	memória cultural

Fonte: Assmann (2016, p. 117).

A Figura 5, apresentada por Assmann (2016), organiza a relação entre tempo, identidade e memória nos níveis interno, social e cultural. Essa distinção oferece uma referência para evitar a equivalência entre memória individual, coletiva e institucional ao longo da análise.

No nível interno (neuromental), temos o tempo subjetivo, aquele vivido de forma íntima, dentro da consciência de cada indivíduo. Nesse contexto, a identidade está relacionada ao self interno, à percepção que temos de nós mesmos, construída por meio de nossas emoções, pensamentos e experiências pessoais. A memória, por sua vez, é individual, formada pelas lembranças que guardamos de maneira privada. Trata-se do nível mais profundo e pessoal da identidade, onde moldamos a noção de quem somos a partir da nossa vivência particular do mundo.

No nível social, o tempo deixa de ser subjetivo e passa a ser o tempo social, aquele regulado pelas convenções, interações e rotinas da convivência em grupo. A identidade, aqui, se dá por meio do self social: somos vistos como pessoas que desempenham papéis em diferentes contextos (como profissionais, familiares, amigos). A memória torna-se comunicativa, construída coletivamente nas relações interpessoais (através de conversas, tradições orais, histórias compartilhadas). Esse nível destaca como a identidade é formada na troca com o outro e como a visão externa influencia nosso próprio senso de ser.

No nível cultural, por sua vez, lida-se com o tempo histórico, mítico e cultural, um tempo mais amplo, que abrange gerações. A identidade se torna cultural, vinculada ao pertencimento a uma nação, etnia ou grupo com tradições e valores comuns. A memória aqui é cultural, preservada e transmitida por meio de arte,

literatura, educação, rituais e símbolos coletivos. Esse é o nível mais coletivo da identidade e da memória, pois está relacionado a construções simbólicas que ultrapassam o indivíduo e o grupo social imediato, conectando o presente com o passado e projetando sentidos para o futuro. Segundo Assmann (2016, p. 117) “A memória nos capacita a viver em grupos e comunidades e viver em grupos e comunidades nos capacita a construir uma memória”. Assmann (2016) de forma geral, nos mostra que nossa identidade é construída em camadas: começa na experiência subjetiva, é moldada nas relações sociais e se consolida na cultura. A memória, por sua vez, acompanha essa jornada, passando do íntimo para o coletivo, numa construção contínua do que somos como indivíduos e como parte de uma sociedade.

Ao relacionar, evasão escolar, não deve ser compreendida apenas a partir de trajetórias individuais dos estudantes, mas também a partir das memórias coletivas de famílias e comunidades historicamente marginalizadas pelo sistema educacional.

Entretanto, conforme Christaldo (2014):

O termo memória coletiva foi concebido por Maurice Halbwachs, que a partir dos estudos Durkheim sobre as representações e das concepções de Bergson sobre o fenômeno da memória, vai demonstrar que as recordações do indivíduo estão ancoradas nas recordações do grupo, e é através dele que se fortalecem e são reafirmadas, uma vez que a memória não consegue dissociar-se das tramas tecidas pelas relações sociais (Christaldo, 2014, p.19-20).

As políticas públicas, como o Busca Ativa Escolar, precisam considerar essas memórias coletivas para criar ações que dialoguem com as experiências e percepções compartilhadas pelas famílias em relação à escola. Pierre Nora, também tem a contribuir, ele criou o conceito de lugares de memória, espaços físicos ou simbólicos que preservam a identidade de um grupo (Nora; Aun Khoury, 1993). A escola, no contexto de famílias em situação de evasão, pode perder seu caráter de lugar de memória positivo. Muitas vezes, ela carrega significados de fracasso, humilhação ou exclusão. Segundo Oliveira (2024), compreender o interesse e o desempenho escolar dos alunos requer a análise de sua identidade individual, familiar e das relações estabelecidas com o ambiente escolar. Aspectos como o histórico familiar, o nível de escolaridade e a posição social dos pais influenciam diretamente no modo como o estudante se relaciona com a aprendizagem.

As políticas públicas, como o programa Busca Ativa Escolar, podem atuar na ressignificação simbólica da escola como um novo lugar de memória, um espaço de

acolhimento, reconhecimento e construção de futuro. Em suma, conforme Assmann (2016):

Memória cultural é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural. Halbwachs, todavia, o inventor do termo “memória coletiva”, foi cuidadoso em manter seu conceito de memória coletiva à parte do campo das tradições, transmissões e transferências, que nós propomos incluir no termo “memória cultural”. Preservamos a distinção de Halbwachs, dividindo esse conceito de memória coletiva em “memória comunicativa” e “memória cultural”, mas insistimos em incluir a esfera cultural, que ele excluiu, no estudo da memória (Assmann, 2016, p. 118).

Entender a escola como um espaço de memória coletiva e formação da identidade nos ajuda a perceber melhor os efeitos de sua ausência na vida das pessoas. A infrequência escolar não representa apenas uma interrupção nos estudos, mas também um afastamento de um ambiente importante para o sentimento de pertencimento, reconhecimento e construção de futuro. Quando a escola é deixada de lado por muito tempo, isso afeta tanto o desenvolvimento individual quanto a identidade coletiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Por isso, é importante discutir a infrequência escolar considerando os fatores culturais, sociais e emocionais envolvidos.

2.5 Infrequência Escolar

A infrequência escolar impacta negativamente o processo de aprendizagem do aluno, o seu desempenho, podendo levá-lo ao abandono escolar e à evasão dos bancos escolares. Um problema complexo, que pode acontecer por diversos motivos, desde a falta de interesse, situação socioeconômica, situações de bullying, violência urbana, questões familiares, de saúde, entre outros. A evasão escolar configura-se como uma questão social respaldada por legislações que visam garantir o acesso universal à educação.

Nesse contexto, a memória atua como um elemento-chave para compreender como determinadas vivências escolares, sejam elas positivas ou negativas, são compartilhadas, preservadas e transmitidas, influenciando diretamente suas memórias e como percebe a escola. A experiência do aluno com a instituição de ensino não ocorre de forma isolada, mas está ancorada em lembranças coletivas e individuais que moldam suas atitudes, expectativas e vínculos com o ambiente escolar.

Esta pesquisa busca compreender como as equipes diretivas interpretam as ausências recorrentes, os fatores associados à baixa frequência e as possibilidades de reconstrução do vínculo escolar. O estudo não acessa diretamente o que os estudantes constroem como memória positiva ou negativa de suas experiências.

Ao considerar a memória, torna-se possível entender como a jornada educacional do aluno se articula com um conjunto coletivo de memórias construídas socialmente compartilhadas, afetando não apenas a sua relação com o saber, mas também sua identidade como estudante. As lembranças relacionadas à escola (construídas ao longo do tempo e alimentadas por interações com colegas, professores, familiares e a comunidade), contribuem para a manutenção ou ruptura desse laço com a instituição.

A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentais à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra. Objetos externos como portadores de memória já desempenham um papel no nível da memória pessoal. Nossa memória, que possuímos enquanto seres dotados de uma mente humana, existe somente em interação constante, não apenas com outras memórias humanas, mas também com “coisas”, símbolos externos (Assmann, 2016, p. 118).

Assmann (2016), nesse quadro apresentado na Figura 6, compara dois tipos de memória coletiva: memória comunicativa e memória cultural, destacando as diferenças entre elas em termos de conteúdo, formas, meios de transmissão, estrutura temporal e estrutura de participação.

Figura 6 - Memória Comunicativa e Memória Cultural.

	<i>Memória comunicativa</i>	<i>Memória cultural</i>
<i>Conteúdo</i>	história na forma de memória autobiográfica, passado recente	história mítica, eventos no passado absoluto (“ <i>in illo tempore</i> ”)
<i>Formas</i>	tradições informais e gêneros da comunicação cotidiana	grau elevado de formação, comunicação cerimonial
<i>Meios</i>	memória vivida e corporificada, comunicação na língua vernacular	mediada em textos, ícones, danças, rituais e <i>performances</i> de vários tipos; língua(s) “clássicas” ou formalizadas de outro modo
<i>Estrutura temporal</i>	80-100 anos, um horizonte mutável de 3 a 4 gerações que interagem	passado absoluto, tempo primordial mítico, “3.000 anos”
<i>Estrutura de participação</i>	difusa	portadores especializados da memória, hierarquicamente estruturados

Fonte: Assmann (2016, p. 126).

A memória comunicativa é feita de histórias mais recentes, baseadas em lembranças pessoais e vividas, que são passadas de geração em geração por meio da convivência entre as pessoas. Ela acontece na vida cotidiana, em conversas de família, relatos e experiências do dia a dia. É uma memória vivida no corpo e na fala, usando a linguagem comum. Seu tempo de duração é curto, geralmente entre 80 e 100 anos, envolvendo até quatro gerações que ainda convivem. Qualquer pessoa pode transmitir esse tipo de memória, sem precisar de formação especial ou cargo específico.

A memória cultural está ligada a um passado distante e simbólico, muitas vezes ligado a mitos e tradições antigas. Ela se refere a acontecimentos que fazem parte de um "tempo absoluto", fora da experiência direta das pessoas. Diferente da memória comunicativa, a memória cultural é mais formal e costuma ser transmitida por meio de rituais, cerimônias, textos, imagens, danças e outras expressões simbólicas. Muitas vezes, é preservada em línguas antigas ou formas especiais de comunicação. Ela cobre um período muito maior, podendo durar milhares de anos. Sua transmissão não é feita por qualquer pessoa, mas por indivíduos especializados, como religiosos, professores, artistas ou historiadores, que têm a função de guardar e passar adiante esse conhecimento.

Em síntese, a memória comunicativa é mais espontânea, efêmera e íntima, ligada às experiências diretas e compartilhadas entre pessoas vivas. A memória cultural, por sua vez, é mais duradoura, institucionalizada e simbólica, fundamentando-se em práticas sociais e culturais que ultrapassam o tempo de vida de indivíduos, garantindo a continuidade dos valores, narrativas e identidades coletivas de uma cultura. Ambas são essenciais para a formação da identidade humana, uma atuando no plano da vivência pessoal e intergeracional, e a outra no plano da tradição, da história e da cultura ampla.

A presente pesquisa tece conexões entre as memórias coletivas e as trajetórias cotidianas vivenciadas de forma compartilhada. [...] (Christaldo, 2014).

Diante disso, destaca-se a importância de que as instituições de ensino se configurem como espaços acolhedores, atentos às particularidades e necessidades de seus alunos. Neste contexto, o programa Busca Ativa Escolar é um aliado, para que a infrequência não se transforme em evasão escolar.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, articulando pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo por meio de questionário eletrônico. O delineamento foi definido para compreender percepções profissionais e práticas institucionais situadas, sem pretensão de generalização estatística.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2007, p. 21).

O corpus documental foi composto pela legislação educacional pertinente, por materiais do UNICEF sobre a Busca Ativa Escolar, por documentos do Ministério Público do Rio Grande do Sul sobre a FICAI e por dados institucionais fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Esteio. Na pesquisa de campo, o questionário eletrônico foi encaminhado aos vinte integrantes das equipes diretivas das cinco escolas municipais de tempo integral; nove profissionais responderam integralmente.

A análise de conteúdo seguiu três movimentos inspirados em Bardin (1977): leitura integral e pré-análise das respostas; identificação e codificação de unidades de sentido recorrentes; e agrupamento temático para interpretação à luz do referencial. Os blocos do questionário organizaram a coleta, mas não foram tratados automaticamente como categorias analíticas. As categorias resultaram do confronto entre recorrências, divergências, objetivos e conceitos.

No entanto, a metodologia qualitativa apresenta limitações. Segundo Gil (2010), os resultados obtidos em estudos qualitativos podem ter baixa generalização, já que estão profundamente ligados ao contexto específico investigado. Além disso, Minayo (2012) ressalta que a subjetividade do pesquisador pode interferir na interpretação dos dados, exigindo rigor na aplicação dos métodos para garantir a confiabilidade dos resultados.

É fundamental destacar que, no âmbito da pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e o grupo investigado assume uma característica particular. Isso ocorre porque:

(...) a pesquisa qualitativa reconhece que o pesquisador participa da cena pesquisada (...). Ao mesmo tempo, também o grupo pesquisado deve imprimir marcas na investigação. Para Bogdan e Biklen, “conduzir

investigação qualitativa assemelha-se mais ao estabelecimento de uma amizade do que de um contrato. Os sujeitos têm uma palavra a dizer no tocante à regulação da relação, tomando decisões constantes relativamente à sua participação” (Viêgas, 2007).

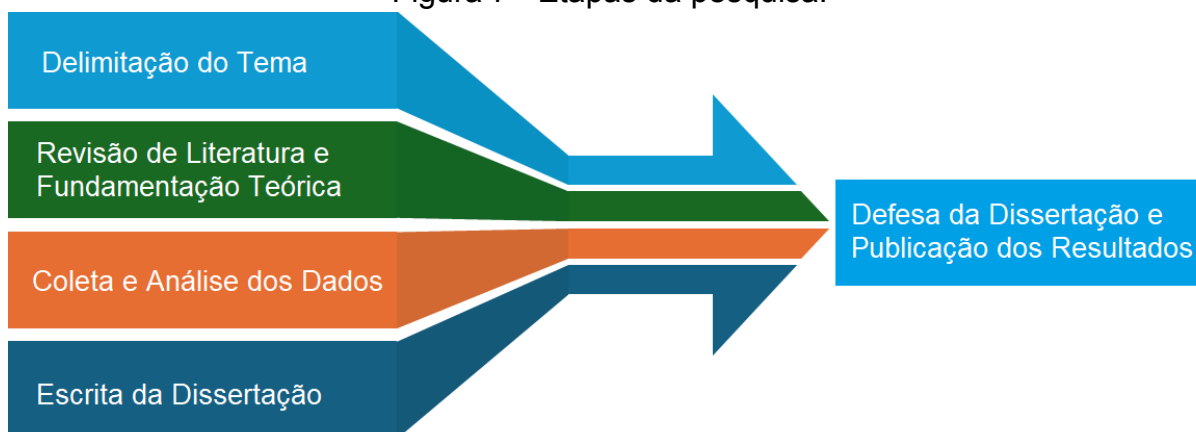
O recorte empírico compreendeu as cinco escolas municipais organizadas em regime de tempo integral. Foram convidados diretores, vice-diretores, orientadores educacionais e profissionais de supervisão ou gestão envolvidos no acompanhamento da frequência. O recorte deve ser compreendido como delimitação do caso estudado: os nove respondentes correspondem a 45% dos vinte profissionais convidados e não representam toda a rede municipal.

A inserção profissional da pesquisadora na rede municipal favoreceu o conhecimento do contexto, mas também exigiu reflexividade. Para reduzir a projeção de pressupostos pessoais, preservou-se o anonimato dos respondentes, apresentaram-se os dados de forma sistemática e confrontaram-se as interpretações com o referencial teórico. Ainda assim, a proximidade com o campo constitui um limite reconhecido do estudo.

Os dados foram organizados em quadros para dar transparência às respostas e, posteriormente, interpretados em categorias temáticas. A análise buscou identificar convergências, divergências e tensões nas percepções sobre infrequência, evasão, trajetórias familiares, BAE, FICAI e articulação intersetorial. As afirmações sobre estudantes e famílias foram tratadas como percepções das equipes diretivas, e não como depoimentos dos próprios sujeitos.

A coleta de dados foi realizada no período de setembro de 2025 a abril de 2026. Após essa etapa, foram desenvolvidas as fases de organização, análise e interpretação dos resultados, seguidas da discussão e das considerações finais da pesquisa. A Figura 7 ilustra as etapas da pesquisa.

Figura 7 - Etapas da pesquisa.



Fonte: Autoria própria.

A escolha dos participantes e a análise dos dados está detalhada no capítulo 4. Para compreender o contexto da pesquisa, a próxima seção apresenta o Busca Ativa Escolar.

3.1 Busca Ativa Escolar

O processo de busca ativa começa na escola, pelo orientador educacional, ao constatar que a frequência do aluno está abaixo da permitida. As frequências mínimas para cada etapa escolar da Educação Básica constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996).

Conforme a LDB (Brasil, 1996), para a educação infantil, “Art.31[...] IV- controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas [...].”

Para o ensino fundamental, a LDB (Brasil, 1996) diz que:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [...]. VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação (Brasil, 1996).

O orientador educacional, ao realizar o acompanhamento dos alunos faltantes/infrequentes, logo que identifica as faltas, já inicia o processo de busca. Ele aciona a família para saber o que aconteceu, se está doente ou tem atestado. Assim que o aluno retorna, solicita uma conversa com a família na escola. Esse processo se dá por ligação, por mensagem no *WhatsApp*, ou recado na agenda do aluno. Caso o aluno não retorne às aulas, a família não justifique as faltas ou se torne reincidente nas faltas, o orientador aciona o setor do Busca Ativa Escolar da

secretaria da educação, **RAE** (rede de apoio às escolas), que funciona como uma rede intersetorial, envolvendo parcerias como conselho tutelar, saúde e órgãos de segurança.

O BAE, então, após receber os dados do aluno infrequente, o período das faltas e como foi o contato com a família, inicia a busca desse aluno. Logo que o setor de Busca Ativa Escolar entra em contato com a família e o aluno retorna aos bancos escolares, é realizado um resgate da aprendizagem com esse aluno, com o professor titular da turma.

Caso esse aluno não retorne, o BAE toma outras providências, e com isso, segue novos encaminhamentos caso possa configurar abandono escolar ou uma possível evasão. Possivelmente, a RAE autoriza a escola a preencher uma FICAI.

Conforme documento do Centro de Apoio Operacional da Educação, Infância e Juventude do MPRS [s.d.], a FICAI 4.0:

A **Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente**, conhecida como FICAI, foi instituída em 1997, em Porto Alegre, através de parceria entre o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e os Conselhos Tutelares. O objetivo da FICAI é estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar de crianças e adolescentes. Posteriormente, a FICAI foi expandida aos demais municípios do Estado, pelo então Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões (MPRS, [s. d.]).

Em 2011, a FICAI foi revisada e atualizada. “Na oportunidade, foi reforçada a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque no trabalho em rede” (MPRS [s.d.]).

Em 14 de agosto de 2012, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, em conjunto com sua rede de parceiros, celebrou um convênio com a PROCEMPA com a finalidade de desenvolver um sistema informatizado da FICAI buscando conferir mais agilidade aos encaminhamentos da ficha.

A FICAI online representou, a partir dos dados obtidos com a aplicação da ficha, um instrumento para a formulação de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação.

No início da década de 2020, a pandemia da Covid-19 impactou significativamente diversas políticas sociais, especialmente a educação. Esse cenário exigiu dos responsáveis pela garantia do direito à educação a necessidade de atualizar e melhorar tanto os aspectos tecnológicos quanto conceituais da FICAI.

Com esse objetivo, a reformulação da FICAI passou a integrar as metas do Termo de Cooperação Interinstitucional pela Busca Ativa Escolar e recuperação das

aprendizagens, firmado em 2022. A partir disso, surgiu a FICAI 4.0, com uma proposta de atuação mais ágil e integrada, envolvendo ativamente políticas públicas das áreas de Assistência Social, Saúde, entre outras.

Conforme MPRS [s.d.]:

Desse modo, a FICAI 4.0 visa fortalecer o trabalho da rede intersetorial e interdisciplinar que, desde a sua reformulação, em 2011, era objetivo coletivo; desta feita, incorporando a rede na própria plataforma, tanto para notificações de crianças e adolescentes fora da escola identificadas pelos serviços, quanto na sua atuação com relação aos motivos que levam à infrequência e evasão escolar, posto que estes são constituídos por diversas determinações sociais, relacionais, emocionais, entre outras (MPRS, [s. d.]).

Entretanto, “o enfrentamento à infrequência, à evasão e ao não acesso à escola, demanda o trabalho articulado em rede e a busca ativa de modo complementar e inter-relacionado” MPRS [s.d.].

3.2 Uso de Inteligência Artificial como ferramenta de apoio

Neste trabalho, a Inteligência Artificial foi utilizada como apoio técnico à pesquisa. As ferramentas *ChatGPT*, da *OpenAI*, e *Claude Code*, da *Anthropic*, foram empregadas para o aprimoramento da redação, organização de ideias e conteúdos, revisão linguística e auxílio na elaboração, organização e revisão de quadros, tabelas e figuras. As ferramentas também foram utilizadas como apoio exploratório para a compreensão inicial de conceitos e organização de possibilidades de aprofundamento teórico. As informações relacionadas ao referencial teórico foram conferidas nas obras originais dos autores e nas fontes acadêmicas e documentais utilizadas na pesquisa. As ferramentas de Inteligência Artificial não foram utilizadas na análise dos dados, na interpretação dos resultados ou na formulação das conclusões da pesquisa, sendo essas etapas de responsabilidade da pesquisadora. A descrição detalhada do uso das ferramentas encontra-se no Apêndice C.

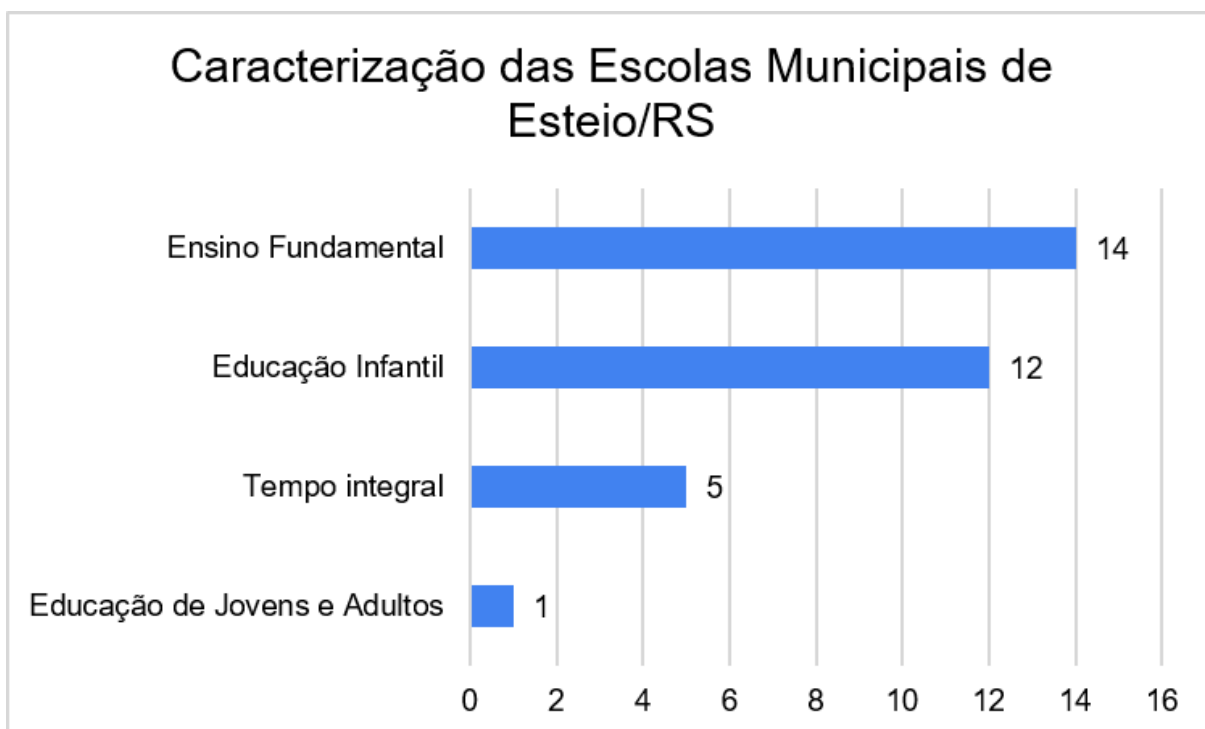
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise do questionário respondido por integrantes das equipes diretivas das escolas municipais de tempo integral de Esteio/RS. Participaram diretores, vice-diretores, orientadores educacionais e profissionais de supervisão ou gestão. As cinco escolas do recorte funcionam exclusivamente em tempo integral. As perguntas foram elaboradas em consonância com a questão de pesquisa e os objetivos revisados.

Foram enviados convites de participação às equipes diretivas das cinco escolas municipais organizadas em regime de tempo integral, totalizando 20 profissionais aptos a participar da pesquisa. Ao final, nove (9) responderam integralmente ao questionário eletrônico, correspondendo a 45% dos profissionais convidados. Entre os participantes, estavam diretores, vice-diretores, orientadores educacionais e supervisor/gestor escolar. Para auxiliar nas análises, neste capítulo os respondentes serão identificados por R1, R2, ..., R9.

O município conta atualmente com 32 escolas municipais, sendo 5 organizadas em regime de tempo integral, 1 EMEJA (educação de jovens e adultos), 12 Educação infantil e 14 de Ensino Fundamental. Analisando os bairros onde são situadas as escolas de Esteio/RS, são 20 escolas localizadas nas periferias (bairros mais afastados do centro, com maior vulnerabilidade social e 12 escolas, em áreas centrais (região com mais infraestrutura urbana). Quanto às 5 escolas integrais, são 2 localizadas na periferia e 2 em bairros estruturados/centrais. O Gráfico 1 apresenta esses dados.

Gráfico 1 - Caracterização das Escolas Municipais de Esteio.



Fonte: Autoria própria com base em informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Esteio (2026).

A análise teve início com a leitura integral das respostas e a identificação de unidades de sentido. Em seguida, foram codificadas recorrências, divergências e tensões relativas à evasão, à memória, às trajetórias, às políticas de permanência e à articulação em rede. A interpretação não se limitou à frequência das respostas: considerou também os enquadramentos institucionais por meio dos quais os profissionais nomeiam estudantes, famílias e responsabilidades.

O referencial da Memória Social foi utilizado como chave de leitura. Halbwachs contribuiu para examinar os quadros sociais mobilizados nas interpretações profissionais; Assmann permitiu distinguir as lembranças comunicadas no cotidiano dos registros institucionalizados; e Martins foi empregada, com cautela, para discutir a tensão entre temporalidades das trajetórias e o tempo cronológico da escola.

As categorias analíticas construídas foram: evasão como fenômeno social e territorial; contribuições e limites da BAE e da FICAI; trajetórias familiares e pertencimento na percepção das equipes; fragilidades da articulação intersetorial; e práticas institucionais de permanência. O perfil dos participantes foi mantido como caracterização do corpus, não como categoria de análise.

4.1 Análise do Questionário

A pesquisa contou com a participação de 9 profissionais integrantes das equipes diretivas das escolas municipais de tempo integral do município de Esteio/RS, os quais concordaram em participar do estudo e responderam ao questionário proposto.

Na sequência, apresentam-se os blocos temáticos organizados a partir das questões do questionário, acompanhados das respectivas tabelas, gráficos e análises qualitativas das respostas dos participantes (evidências).

4.1.1 Bloco 1 – Perfil dos Participantes

Este primeiro bloco tem como objetivo caracterizar os sujeitos participantes da pesquisa, considerando aspectos relacionados à idade, tempo de atuação na educação, tempo de atuação na rede municipal de ensino, função exercida atualmente e trajetória profissional.

A caracterização dos participantes é importante para compreender quem são os sujeitos que produzem as narrativas analisadas nesta investigação. Trata-se de profissionais que atuam diretamente no cotidiano escolar e no acompanhamento de estudantes em situação de infrequência, vulnerabilidade social e risco de evasão escolar. O Quadro 3 apresenta as questões deste primeiro bloco.

Quadro 3 - Questões do Bloco 1.

- Questão 1 – Qual sua idade (em anos)?
- Questão 2 – Há quanto tempo trabalha na educação?
- Questão 3 – Há quanto tempo atua na rede municipal de Esteio/RS?
- Questão 4 – Qual função exerce atualmente?
- Questão 5 – Que funções já desempenhou na educação?

Fonte: Autoria própria (2026).

Quanto à idade, os participantes possuem idades entre 38 e 70 anos, evidenciando um grupo com ampla experiência de vida e trajetória profissional consolidada na área educacional. Essa diversidade geracional possibilita diferentes olhares sobre as transformações ocorridas na escola, nas políticas públicas educacionais e nos processos de acompanhamento dos estudantes ao longo do tempo.

Com relação à experiência na educação, os dados demonstram que todos os participantes possuem mais de dez anos de atuação na educação, sendo que parte deles acumula mais de vinte anos de experiência profissional. Esse aspecto revela um grupo com amplo conhecimento das dinâmicas escolares e das mudanças ocorridas nas políticas educacionais ao longo dos anos.

A experiência acumulada pelos participantes contribui para uma compreensão mais aprofundada das situações de infrequência e evasão escolar, bem como das estratégias adotadas pelas escolas para promover a permanência dos estudantes.

Especificamente sobre o trabalho no município de Esteio, observa-se a predominância de profissionais com longa trajetória na rede municipal de ensino. Esse dado sugere conhecimento significativo sobre a realidade educacional do município, suas políticas públicas e os desafios enfrentados pelas escolas no acompanhamento dos estudantes.

Ao mesmo tempo, a presença de profissionais com menor tempo de atuação na rede contribui para ampliar as perspectivas analisadas, reunindo experiências de diferentes momentos da gestão educacional municipal.

Com relação à função exercida pelos participantes, foram identificados orientadores educacionais, diretores, vice-diretores e supervisor escolar. A diversidade de funções representadas permite compreender a evasão escolar e as ações de permanência a partir de diferentes posições da gestão escolar, enriquecendo a análise dos dados.

Por atuarem diretamente na organização pedagógica e administrativa das escolas, esses profissionais acompanham cotidianamente situações relacionadas à frequência escolar, ao vínculo com as famílias e às estratégias de Busca Ativa Escolar.

Sobre as funções já exercidas ao longo da carreira, as respostas evidenciam trajetórias profissionais diversificadas, marcadas pela atuação em diferentes funções ao longo da carreira. A experiência em cargos de docência, supervisão, orientação educacional e gestão escolar contribui para uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelas instituições de ensino.

Essa diversidade de vivências permite aos participantes estabelecer relações entre diferentes contextos educacionais, favorecendo reflexões mais amplas sobre os fatores que influenciam a permanência ou o afastamento dos estudantes da escola. O Quadro 4 apresenta a caracterização dos participantes da pesquisa.

Quadro 4 - Caracterização dos participantes da pesquisa.

ID	Idade	Tempo na Educação	Tempo na Rede Municipal	Função Atual	Funções já desempenhadas
R1	48	Mais de 20 anos	Mais de 10 anos	Vice-diretor (a)	Professor (a) Supervisor (a) Orientador (a) Vice-diretor (a)
R2	38	Entre 10 e 20 anos	Menos de 5 anos	Orientador (a)	Professor (a) Supervisor (a) Orientador (a) Diretor (a)
R3	53	Mais de 20 anos	Mais de 10 anos	Orientador (a)	Orientador (a)
R4	52	Entre 10 e 20 anos	Entre 5 e 10 anos	Orientador (a)	Professor (a) Supervisor (a) Atendente de Educação Infantil
R5	44	Entre 10 e 20 anos	Menos de 5 anos	Orientador (a)	Professor (a) Supervisor (a) Orientador (a)
R6	42	Mais de 20 anos	Mais de 10 anos	Diretor (a)	Professor (a) Vice-Diretor (a) Diretor (a)
R7	39	Entre 10 e 20 anos	Mais de 10 anos	Diretor (a)	Professor (a) Vice-Diretor (a) Diretor (a)
R8	70	Mais de 20 anos	Mais de 10 anos	Vice-Diretor (a)	Professor (a) Supervisor (a) Vice-Diretor (a) Diretor (a)
R9	50	Entre 10 e 20 anos	Entre 5 e 10 anos	Supervisor (a)	Supervisor (a) Orientador (a)

Fonte: Autoria própria (2026).

Os dados apresentados evidenciam que os participantes da pesquisa possuem ampla experiência profissional e inserção na rede municipal de ensino de Esteio/RS. Suas trajetórias revelam conhecimentos construídos ao longo de anos de atuação em diferentes funções da educação, constituindo importantes referências para a compreensão das políticas públicas e das práticas escolares voltadas à permanência dos estudantes. A caracterização dos participantes permite compreender o lugar social de onde emergem as percepções analisadas nos blocos seguintes, dedicados à evasão escolar, à infrequência e às ações desenvolvidas pela Busca Ativa Escolar no município de Esteio/RS.

4.1.2 Bloco 2 - Percepções sobre a Evasão Escolar

Este bloco analisa as percepções dos participantes acerca da evasão escolar, considerando sua relevância no contexto das escolas, os fatores associados ao fenômeno e os impactos percebidos na comunidade escolar. As respostas evidenciam diferentes compreensões sobre as causas e consequências da evasão, revelando aspectos sociais, familiares, econômicos e institucionais que influenciam a permanência dos estudantes na escola. O Quadro 5 apresenta as questões deste segundo bloco.

Quadro 5 - Questões do Bloco 2.

Questão 6 – Na sua percepção, a evasão escolar é um problema relevante na sua escola?

Questão 7 – Quais fatores você considera mais associados à evasão escolar?

Questão 8 – Como a evasão escolar impacta a comunidade escolar?

Fonte: Autoria própria (2026)

Quanto à percepção sobre a relevância da evasão escolar na escola, os dados indicam que **7 dos 9 participantes (77,8%) reconhecem a evasão escolar como um problema presente no contexto educacional**. Dentre eles, quatro respondentes classificaram a evasão como muito relevante, um a considerou moderadamente relevante e dois a avaliaram como pouco relevante. Por outro lado, dois participantes afirmaram que a evasão não é relevante em suas escolas, justificando essa percepção pela inexistência ou baixa incidência do fenômeno em suas comunidades escolares.

As respostas demonstram que, mesmo quando a evasão não se apresenta como uma realidade cotidiana em determinadas escolas, ela é percebida como um desafio da rede de ensino e da sociedade. Tal compreensão evidencia a necessidade de ações preventivas voltadas à permanência escolar e ao acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.

Sob a perspectiva da Memória Social, a relevância atribuída à evasão escolar relaciona-se às experiências acumuladas pelos profissionais ao longo de suas trajetórias na educação. Essas vivências contribuem para a construção de conhecimentos compartilhados acerca das situações de abandono, infrequência e exclusão escolar, constituindo uma memória institucional sobre os desafios enfrentados pelas escolas.

Quanto aos fatores mais associados à evasão escolar considerados pelos participantes, os resultados evidenciam que a evasão escolar é compreendida pelos participantes como um fenômeno multifatorial. Entre os fatores mais recorrentes destacam-se a vulnerabilidade social, os problemas familiares, o desinteresse escolar e a insuficiência de políticas públicas consideradas eficazes para garantir a permanência dos estudantes.

Questões relacionadas ao trabalho infantil, à violência, às dificuldades de aprendizagem e à saúde mental também foram mencionadas pelos participantes, reforçando a complexidade do fenômeno e a impossibilidade de compreendê-lo a partir de uma única causa.

As respostas revelam que os profissionais reconhecem a influência das condições sociais e familiares sobre as trajetórias escolares. Nesse sentido, as experiências vividas pelas famílias e as memórias construídas em contextos de vulnerabilidade podem influenciar diretamente a relação dos estudantes com a escola. Essa compreensão aproxima-se das discussões sobre Memória Social, uma vez que, para Halbwachs (2006), as memórias são construídas coletivamente nos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem. Dessa forma, as experiências compartilhadas entre diferentes gerações contribuem para a construção de expectativas, valores e significados atribuídos à escolarização.

Sobre o impacto da evasão escolar na comunidade escolar, as narrativas dos participantes demonstram diferentes percepções acerca dos impactos da evasão escolar. Alguns respondentes relacionam o fenômeno ao aumento das desigualdades sociais e à limitação das oportunidades futuras dos estudantes. Outros destacam consequências associadas à vulnerabilidade social, ao envolvimento com drogas, à marginalização e às dificuldades de aprendizagem.

Também foram identificadas percepções relacionadas aos impactos institucionais da evasão escolar. Um dos participantes menciona a pressão exercida sobre as escolas em função das metas educacionais e dos indicadores de desempenho, evidenciando que a evasão repercute não apenas na trajetória dos estudantes, mas também na organização do trabalho escolar.

As respostas permitem compreender que a evasão é percebida como um problema que ultrapassa os limites da escola, afetando diferentes dimensões da vida social. Sob a ótica da Memória Social, observa-se que experiências históricas de exclusão, desigualdade e fragilidade dos vínculos educacionais tendem a repercutir

nas trajetórias das novas gerações, influenciando a permanência escolar e a construção de projetos de vida. O Quadro 6 apresenta a percepção dos participantes da pesquisa sobre a evasão escolar.

Quadro 6 - Percepção sobre Evasão Escolar.

ID	Relevância da Evasão	Fatores Associados	Impacto da Evasão
R1	Moderadamente relevante	Problemas familiares	Exclusão social e limitação de direitos.
R2	Muito relevante	Vulnerabilidade social Desinteresse escolar Problemas familiares Violência Falta de políticas públicas eficazes	Pressão institucional e vulnerabilidade familiar.
R3	Pouco relevante	Vulnerabilidade social Trabalho infantil/juvenil Desinteresse escolar Dificuldades de aprendizagem Problemas familiares Saúde mental Violência Falta de políticas públicas eficazes	Desigualdade social.
R4	Pouco relevante	Vulnerabilidade social Trabalho infantil/juvenil Problemas familiares Falta de políticas públicas eficazes	Envolvimento com drogas.
R5	Muito relevante	Vulnerabilidade social Trabalho infantil/juvenil Desinteresse escolar Dificuldades de aprendizagem Problemas familiares Saúde mental Violência Falta de políticas públicas eficazes	Comprometimento do futuro acadêmico.
R6	Muito relevante	Vulnerabilidade social Desinteresse escolar Problemas familiares	Dificuldade na aprendizagem.
R7	Não é relevante	Não temos evasão	Não identificou fatores.
R8	Não é relevante	Não possuímos evasão	Não identificou fatores.
R9	Muito relevante	Vulnerabilidade social Desinteresse escolar Dificuldades de aprendizagem Falta de políticas públicas eficazes	Inserção em empregos informais.

Fonte: Autoria própria (2026).

A análise das questões 6, 7 e 8 evidencia que os participantes compreendem a evasão escolar como um fenômeno complexo, influenciado por fatores sociais, econômicos, familiares e institucionais. As respostas demonstram que a

permanência escolar depende não apenas das ações desenvolvidas pela escola, mas também das condições de vida dos estudantes e de suas famílias.

As narrativas revelam ainda que a evasão produz impactos que ultrapassam o espaço escolar, repercutindo nas oportunidades educacionais, profissionais e sociais dos sujeitos. Sob a perspectiva da Memória Social, observa-se que as experiências acumuladas pelas famílias e comunidades influenciam a forma como a escola é percebida e valorizada, contribuindo para a compreensão das trajetórias de permanência ou afastamento escolar.

4.1.3 Bloco 3 - Políticas Públicas e Busca Ativa Escolar

Este bloco analisa as evidências produzidas pelos participantes acerca do conhecimento das políticas públicas municipais voltadas ao enfrentamento da evasão escolar, do Programa Busca Ativa Escolar (BAE), de sua efetividade, das ações desenvolvidas e das dificuldades encontradas em sua implementação. As narrativas permitem compreender como as equipes diretivas percebem a atuação das políticas públicas no cotidiano escolar e os desafios para garantir o acesso, a permanência e o acompanhamento dos estudantes. O Quadro 7 apresenta as questões deste terceiro bloco.

Quadro 7 - Questões do Bloco 3.

- Questão 9 – Você conhece as políticas públicas do município voltadas à evasão escolar?
- Questão 10 – Você conhece o Programa Busca Ativa Escolar (BAE)?
- Questão 11 – Como você avalia a efetividade da Busca Ativa Escolar na sua escola?
- Questão 12 – Quais ações da Busca Ativa Escolar são mais utilizadas na sua escola?
- Questão 13 – Existem dificuldades na implementação dessas políticas? Quais?

Fonte: Autoria própria (2026)

Sobre o conhecimento das políticas públicas, as evidências demonstram que a maioria dos participantes afirma conhecer as políticas públicas municipais voltadas ao enfrentamento da evasão escolar. Seis participantes responderam "Sim", enquanto três responderam "Parcialmente". Nenhum participante declarou desconhecer essas políticas.

Os relatos indicam que o conhecimento das políticas públicas está relacionado à atuação direta dos profissionais nas ações de acompanhamento da frequência escolar, na articulação com a rede de proteção e na implementação da Busca Ativa Escolar. Entretanto, as respostas parciais sugerem que nem todos os profissionais percebem ou compreendem integralmente os mecanismos institucionais existentes para o enfrentamento da evasão.

Sob a perspectiva da Memória Social, observa-se que o conhecimento sobre as políticas públicas é construído a partir das experiências profissionais vivenciadas nas escolas e na interação com os diferentes setores da rede municipal.

Com relação ao conhecimento do BAE, as evidências revelam unanimidade entre os participantes. Todos afirmaram conhecer o Programa Busca Ativa Escolar, sendo que a totalidade dos respondentes declarou conhecê-lo bem.

Esse resultado demonstra que o programa está consolidado no contexto das escolas participantes da pesquisa, sendo reconhecido como uma estratégia institucional voltada ao monitoramento da frequência escolar e à reintegração de estudantes em situação de infrequência ou evasão.

As narrativas evidenciam que a Busca Ativa Escolar já faz parte da memória institucional das escolas, sendo incorporada às práticas cotidianas de acompanhamento dos estudantes e de articulação com as famílias.

Sobre a efetividade da Busca Ativa Escolar na escola do participante, as evidências apresentam percepções distintas sobre a efetividade do programa. Dois participantes avaliaram a Busca Ativa Escolar como muito eficaz, dois como parcialmente eficaz, um como pouco eficaz e quatro como ineficaz.

As narrativas revelam que parte dos profissionais reconhece contribuições importantes da Busca Ativa Escolar para o acompanhamento dos estudantes e para o fortalecimento do contato com as famílias. Entretanto, outros participantes demonstram insatisfação quanto aos resultados alcançados, apontando limitações relacionadas à estrutura do programa, à falta de recursos humanos e à dependência da atuação da própria escola para resolver situações de infrequência.

Essas percepções evidenciam que o reconhecimento do programa não implica, necessariamente, a percepção de sua plena efetividade.

Os dados do Quadro 8 tornam essa tensão visível: quatro participantes avaliaram a BAE como ineficaz, um como pouco eficaz, dois como parcialmente eficaz e apenas dois como muito eficaz. O conhecimento unânime do programa,

portanto, não se converte em avaliação positiva de sua execução. Sob a perspectiva da memória institucional, as respostas registram a distância entre o fluxo formal da política e a experiência acumulada de falta de profissionais, sobrecarga e dificuldade de acesso às famílias.

As evidências demonstram que as ações mais recorrentes são o contato com as famílias, as visitas domiciliares e o registro e monitoramento da frequência escolar.

Também foram mencionadas ações como articulação com a assistência social, acompanhamento individual dos estudantes e reuniões de rede. Os relatos evidenciam que o trabalho desenvolvido pelas escolas está fortemente baseado na aproximação com as famílias e no acompanhamento contínuo dos casos de infrequência.

Sobre as ações do BAE mais utilizadas na escola, observa-se que as ações descritas estão alinhadas aos princípios do Programa Busca Ativa Escolar, que prevê atuação intersetorial e acompanhamento sistemático dos estudantes em situação de risco de evasão.

Sobre as dificuldades na implementação das políticas do BAE, as evidências revelam a existência de diversos desafios para a implementação das políticas públicas de enfrentamento à evasão escolar.

Entre as dificuldades mais mencionadas estão a falta de profissionais para atender à demanda, as dificuldades de acesso e acompanhamento das famílias, a insuficiência de articulação entre os órgãos da rede de proteção e a morosidade nos atendimentos realizados pelos serviços parceiros.

Alguns participantes destacam ainda a sobrecarga das equipes escolares e a dificuldade de desenvolver ações preventivas diante das múltiplas demandas existentes no cotidiano da escola.

As narrativas evidenciam que a efetividade das políticas públicas depende não apenas da existência de programas institucionais, mas também das condições concretas para sua execução, incluindo recursos humanos, articulação intersetorial e suporte das redes de proteção. O Quadro 8 apresenta a percepção dos participantes da pesquisa sobre a BAE.

Quadro 8 - Percepção sobre o BAE.

ID	Políticas Públicas	Conhecimento BAE	Efetividade BAE	Ações mais utilizadas	Dificuldades
----	--------------------	------------------	-----------------	-----------------------	--------------

R1	Parcialmente	Sim	Muito eficaz	Família, visitas, monitoramento	Relação com famílias
ID	Políticas Públicas	Conhecimento BAE	Efetividade BAE	Ações mais utilizadas	Dificuldades
R2	Sim	Sim	Ineficaz	Família, visitas, monitoramento	Vulnerabilidade e acesso às famílias
R3	Sim	Sim	Pouco eficaz	Família, assistência social, rede	Falta de profissionais
R4	Parcialmente	Sim	Muito eficaz	Contato com famílias	Não apontou
R5	Sim	Sim	Parcialmente eficaz	Família, visitas, monitoramento	Sobrecarga de demandas
R6	Sim	Sim	Ineficaz	Monitoramento da frequência	Escola assume a maior parte das ações
R7	Sim	Sim	Ineficaz	Família e acompanhamento individual	Não apontou
R8	Sim	Sim	Ineficaz	Contato permanente com famílias	Não apontou
R9	Não	Sim	Parcialmente eficaz	Família e visitas domiciliares	Falta de profissionais

Fonte: Autoria própria (2026).

As evidências analisadas neste bloco demonstram que os participantes possuem amplo conhecimento sobre o Programa Busca Ativa Escolar e, em sua maioria, conhecem as políticas públicas municipais voltadas ao enfrentamento da evasão escolar. Entretanto, as narrativas revelam diferentes percepções quanto à efetividade dessas ações.

Os relatos indicam que as estratégias mais utilizadas se concentram no contato com as famílias, no monitoramento da frequência escolar e na articulação com a rede de proteção. Contudo, também evidenciam desafios relacionados à insuficiência de profissionais, à fragilidade da articulação intersetorial e às dificuldades de acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade.

Sob a perspectiva da Memória Social, observa-se que as experiências acumuladas pelos profissionais contribuem para a construção de uma memória institucional acerca das políticas públicas de permanência escolar. As evidências revelam que a eficácia dessas ações depende não apenas da existência de programas formais, mas também da capacidade da rede de transformar essas

políticas em práticas efetivas de acolhimento, acompanhamento e garantia do direito à educação.

4.1.4 Bloco 4 - Memórias Familiares, Trajetórias de Vida e Permanência Escolar

Este bloco analisa as experiências profissionais dos participantes relacionadas à evasão e suas percepções sobre histórias de vida, trajetórias familiares e condições sociais. O material revela como as equipes diretivas interpretam essas relações; não corresponde a narrativas produzidas diretamente por estudantes e familiares. O Quadro 9 apresenta as questões do bloco.

Quadro 9 - Questões do Bloco 4.

- Questão 14 – Na sua trajetória profissional, você já vivenciou situações marcantes relacionadas à evasão escolar?
- Questão 15 – Se sim, descreva uma situação que marcou sua experiência.
- Questão 16 – Como você percebe a relação entre história de vida dos estudantes/famílias e evasão escolar?
- Questão 17 – Você acredita que as memórias das famílias influenciam a permanência escolar?
- Questão 18 – De que forma a escola considera a realidade e a história dos estudantes nas ações de permanência?

Fonte: Autoria própria (2026).

Com relação a situações marcantes relacionadas à evasão escolar, as evidências demonstram que seis participantes afirmaram já ter vivenciado situações marcantes relacionadas à evasão escolar, enquanto três responderam negativamente.

Os relatos evidenciam que as situações vivenciadas envolvem contextos de vulnerabilidade social, negligência familiar, dependência química, gravidez na adolescência e dificuldades de acompanhamento escolar. Essas experiências demonstram a complexidade dos fatores que atravessam os processos de infrequência e evasão, exigindo intervenções que ultrapassem o espaço escolar.

As evidências revelam que a evasão escolar não se configura apenas como um fenômeno educacional, mas como uma expressão das desigualdades sociais presentes na vida dos estudantes e de suas famílias.

Ao descrever essas situações, as narrativas apresentadas evidenciam situações profundamente marcadas pela vulnerabilidade social e familiar.

Entre os relatos, destaca-se a experiência de uma participante que acompanhou o caso de uma criança de sete anos exposta à dependência química dos pais, à violência e à perda familiar. Outro participante relatou a necessidade de recorrer diversas vezes à promotoria de justiça para garantir o retorno de estudantes à escola. Também foram mencionadas situações envolvendo gravidez na adolescência, resistência à frequência escolar e mobilização conjunta entre escola, família e Busca Ativa Escolar.

As evidências revelam que os profissionais da educação frequentemente atuam em contextos complexos, nos quais a garantia do direito à educação exige articulação com diferentes setores da rede de proteção social.

Sobre a relação entre história de vida e evasão, houve convergência entre os participantes quanto à relevância atribuída às condições e às trajetórias familiares. Trata-se de consenso entre os respondentes sobre suas próprias percepções, e não de comprovação causal.

Nas respostas, baixa escolarização, vulnerabilidade, dependência química, dificuldades econômicas e desvalorização da escola foram associadas à permanência. Essas associações precisam ser lidas como enquadramentos profissionais situados e não como características inerentes às famílias.

Alguns participantes interpretaram determinadas trajetórias como reprodução de padrões familiares. O dado permite analisar uma percepção institucional de continuidade intergeracional, mas não afirmar que tal reprodução ocorra sem a escuta dos sujeitos e sem considerar fatores sociais e escolares.

Sob a perspectiva da Memória Social, essas evidências reforçam a compreensão de que as trajetórias escolares são construídas a partir das experiências compartilhadas pelos grupos sociais dos quais os indivíduos fazem parte, uma vez que a memória individual é continuamente estruturada e ressignificada nos quadros sociais da memória (Halbwachs, 2006).

Quando questionados sobre a influência das memórias familiares na permanência, seis participantes responderam afirmativamente e três, parcialmente. O resultado descreve a avaliação das equipes diretivas sobre essa relação.

Nenhum participante negou essa influência. Ainda assim, o questionário não permite identificar quais lembranças as famílias preservam nem como atribuem

sentido à escolarização; permite somente compreender o modo como os profissionais percebem essas possíveis relações.

Os participantes sugeriram que a valorização da escolarização pode fortalecer vínculos, enquanto experiências de exclusão e descontinuidade podem fragilizá-los. A formulação é mantida como hipótese interpretativa do grupo profissional, sujeita a confronto com as vozes das famílias em estudos futuros.

Com relação a forma que a escola considera a realidade e a história dos estudantes nas ações de permanência, as evidências revelam que as escolas procuram considerar as trajetórias dos estudantes por meio da escuta, do diálogo com as famílias, do acolhimento e do acompanhamento individualizado.

Os participantes destacam práticas como reuniões com responsáveis, escuta das crianças e adolescentes, conhecimento das histórias familiares e respeito às diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes.

As narrativas evidenciam que compreender a realidade dos estudantes é percebido pelos profissionais como condição fundamental para o desenvolvimento de ações de permanência escolar mais efetivas e humanizadas.

Observa-se que as escolas buscam construir estratégias que reconheçam as especificidades dos sujeitos, fortalecendo vínculos e ampliando as possibilidades de permanência e aprendizagem. O Quadro 10 apresenta a percepção dos participantes da pesquisa sobre memória, trajetória e permanência na escola.

É necessário, contudo, diferenciar a memória das famílias da percepção profissional sobre ela. Expressões registradas no Quadro 10, como “famílias desestruturadas”, “responsabilidade familiar” ou “desvalorização da escola”, revelam quadros institucionais de interpretação. Elas não comprovam como as famílias narram suas próprias trajetórias. À luz de Halbwachs, mostram os referenciais coletivos utilizados pelas equipes; à luz de Assmann, evidenciam como essas interpretações podem ser estabilizadas quando passam a integrar registros e rotinas escolares.

Quadro 10 - Memória, trajetória e permanência na escola.

ID	Situação marcante	Relação família/evasão	Memórias influenciam	Ações de permanência
R1	Não relatou	Relação direta	Sim	Escuta e reuniões
R2	Vulnerabilidade familiar	Responsabilidade familiar	Sim	Considera a realidade familiar

R3	Promotoria de justiça	Família como referência	Parcialmente	Diálogo
R4	Violência e abandono	Famílias desestruturadas	Sim	Acolhimento
R5	Retorno aos estudos	Reprodução de trajetórias	Sim	Conhecimento da história
R6	Não relatou	Desvalorização da escola	Sim	Contato com famílias
ID	Situação marcante	Relação família/evasão	Memórias influenciam	Ações de permanência
R7	Gravidez e problemas familiares	Vulnerabilidade social	Parcialmente	Acompanhamento integral
R8	Resistência à frequência	Histórico familiar complexo	Parcialmente	Participação familiar
R9	Não especificou	Vulnerabilidade social	Parcialmente	Não respondeu

Fonte: Autoria própria (2026).

As evidências deste bloco demonstram que os participantes atribuem relevância às trajetórias familiares e às condições de vida na compreensão da infrequência e da evasão. Ao mesmo tempo, expressões de responsabilização familiar presentes nas respostas exigem análise crítica para que a vulnerabilidade não seja convertida em estigma.

Sob a perspectiva da Memória Social, o material permite analisar os quadros coletivos pelos quais as equipes interpretam pertencimento, identidade e trajetória. Não permite, contudo, descrever a memória das famílias. Essa distinção preserva a contribuição de Candau e Halbwachs sem ampliar indevidamente o alcance dos dados.

As respostas também apresentam a escola como espaço de escuta, diálogo e reconhecimento, ao mesmo tempo em que revelam limites institucionais que podem enfraquecer tais práticas.

4.1.5 Bloco 5 - Articulação Intersetorial e Redes de Apoio no Enfrentamento da Evasão Escolar

Este bloco analisa as evidências relacionadas à articulação entre a escola e os demais setores da rede de proteção social, bem como a percepção dos participantes sobre a efetividade dessas parcerias no enfrentamento da infrequência e da evasão escolar. Foram analisadas as respostas referentes à articulação intersetorial, às redes de apoio mais presentes, à eficácia dessa atuação conjunta e aos principais

desafios encontrados nesse processo. O Quadro 11 apresenta as questões deste quinto bloco.

Quadro 11 - Questões do Bloco 5.

Questão 19 – A escola articula ações com outros setores (assistência social, saúde, conselho tutelar)?

Questão 20 – Quais redes de apoio são mais presentes?

Questão 21 – Essa articulação é eficaz para reduzir a evasão?

Questão 22 – Quais são os principais desafios nessa articulação?

Fonte: Autoria própria (2026).

Sobre a articulação da escola com outros setores, as evidências demonstram que a articulação intersetorial está presente na realidade das escolas investigadas. Quatro participantes afirmaram que essa articulação ocorre frequentemente, enquanto cinco responderam que ela acontece às vezes.

Os resultados evidenciam que as escolas mantêm contato com diferentes serviços da rede de proteção, especialmente quando identificam situações de vulnerabilidade social, infrequência ou risco de evasão escolar. A atuação conjunta entre educação, saúde, assistência social e órgãos de proteção é percebida como uma estratégia importante para o acompanhamento dos estudantes e de suas famílias.

Sobre as redes de apoio mais presentes, as evidências apontam que o Conselho Tutelar e o CRAS são os serviços mais frequentemente mencionados pelos participantes. Também aparecem com destaque a Secretaria de Saúde, o Ministério Público, a Assistência Social, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a SEMEEI.

Os relatos revelam que a rede de proteção é composta por diferentes instituições que atuam de forma complementar no acompanhamento das situações de vulnerabilidade social e educacional. A diversidade de serviços mencionados demonstra a importância do trabalho articulado para garantir o acesso, a permanência e a proteção integral dos estudantes.

Sobre a eficácia dessa articulação para reduzir a evasão, as evidências revelam percepções distintas entre os participantes. Três responderam que a articulação é eficaz, cinco consideraram que ela é parcialmente eficaz e um participante afirmou que ela não é eficaz.

Os dados indicam que, embora a articulação intersetorial seja reconhecida como necessária, ainda existem limitações que dificultam seu pleno funcionamento. Muitos participantes reconhecem avanços na atuação conjunta, mas destacam que a efetividade depende da participação ativa e do comprometimento de todos os órgãos envolvidos.

Com relação aos principais desafios nessa articulação, as evidências apontam diversos desafios para a efetivação do trabalho em rede. Entre os aspectos mais mencionados estão a falta de pessoal de apoio, a demora nos retornos dos órgãos parceiros, a dificuldade de comunicação entre os setores, a falta de integração das redes de atendimento e a insuficiência de recursos humanos para atender às demandas existentes.

Também foram relatadas dificuldades relacionadas à vulnerabilidade social das famílias, à renda familiar e ao deslocamento dos serviços para atender determinadas situações escolares.

Os relatos evidenciam que a articulação intersetorial depende não apenas da existência dos serviços, mas também da capacidade de integração, comunicação e corresponsabilização entre os diferentes setores envolvidos. O Quadro 12 apresenta a percepção dos participantes da pesquisa sobre Articulação Intersetorial e Redes de Apoio no Enfrentamento da Evasão Escolar.

A avaliação da rede confirma a diferença entre existência formal e funcionamento cotidiano: três participantes consideraram a articulação eficaz, cinco parcialmente eficaz e um não eficaz. A recorrência de demora, falta de comunicação e insuficiência de suporte constitui uma memória profissional compartilhada sobre os limites da política, que tensiona o discurso normativo de corresponsabilização intersetorial.

Quadro 12 - Articulação Intersetorial e Redes de Apoio no Enfrentamento da Evasão Escolar.

ID	Articulação	Rede mais presente	Eficácia	Principal desafio
R1	Frequentemente	CRAS, CT	Parcialmente	Falta de suporte
R2	Às vezes	CRAS, CT, Saúde, MP	Não	Falta de comprometimento
R3	Às vezes	CRAS, CT, Saúde, MP	Sim	Vulnerabilidade social
R4	Às vezes	CRAS, Saúde, SME	Parcialmente	Integração da rede

R5	Às vezes	CRAS, CT, Saúde, SEMEEI	Parcialmente	Comunicação entre setores
R6	Frequentemente	Conselho Tutelar	Sim	Demora nos retornos
R7	Às vezes	CT, Saúde	Parcialmente	Deslocamento dos serviços
ID	Articulação	Rede mais presente	Eficácia	Principal desafio
R8	Frequentemente	CT, Saúde, MP	Sim	Morosidade dos atendimentos
R9	Frequentemente	Secretaria de Saúde	Parcialmente	Não respondeu

Fonte: Autoria própria (2026).

As evidências analisadas demonstram que as escolas municipais de tempo integral de Esteio/RS mantêm articulação com diferentes instituições da rede de proteção social, especialmente CRAS, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde e Ministério Público. Essa atuação conjunta é percebida pelos participantes como um elemento importante no enfrentamento da infrequência e da evasão escolar.

Entretanto, as evidências também revelam desafios significativos relacionados à comunicação entre os setores, à morosidade dos atendimentos, à insuficiência de profissionais e à necessidade de maior integração das ações desenvolvidas pela rede. Dessa forma, embora a articulação intersetorial seja reconhecida como fundamental, os participantes apontam a necessidade de seu fortalecimento para ampliar a efetividade das políticas públicas voltadas à permanência escolar.

Sob a perspectiva da Memória Social, a construção de redes de apoio fortalece os vínculos institucionais e comunitários, contribuindo para a constituição de práticas coletivas de proteção e garantia do direito à educação. Essas experiências compartilhadas entre escola, família e rede de proteção tornam-se referências importantes para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade que podem resultar na evasão escolar (Candau, 2019).

4.1.6 Bloco 6 - Avaliação das Políticas Públicas e do Programa Busca Ativa Escolar

Este bloco analisa as evidências relacionadas à percepção dos participantes sobre a capacidade das políticas públicas de atender às necessidades dos estudantes em situação de risco de evasão escolar, bem como as contribuições e possíveis melhorias do Programa Busca Ativa Escolar no município de Esteio/RS. As análises permitem compreender como os profissionais da educação avaliam as

ações atualmente desenvolvidas e quais aspectos consideram prioritários para o fortalecimento das estratégias de permanência escolar. O Quadro 13 apresenta as questões deste sexto bloco.

Quadro 13 - Questões do Bloco 6.

Questão 23 – Você acredita que as políticas públicas atuais atendem às necessidades dos estudantes em risco de evasão?

Questão 24 – O que poderia melhorar nas políticas de combate à evasão escolar?

Questão 25 – A Busca Ativa Escolar contribui para o resgate de estudantes evadidos?

Questão 26 – Quais melhorias você sugeriria para a Busca Ativa Escolar no município de Esteio?

Fonte: Autoria própria (2026).

Sobre as políticas públicas atuais atenderem às necessidades dos estudantes em risco de evasão, as evidências revelam que apenas um participante considera que as políticas públicas atendem plenamente às necessidades dos estudantes em risco de evasão escolar. Dois participantes responderam negativamente e seis avaliaram que esse atendimento ocorreu apenas parcialmente.

Os resultados indicam uma percepção predominante de que as políticas públicas apresentam avanços importantes, porém ainda enfrentam limitações para responder de forma integral às demandas dos estudantes e de suas famílias. As evidências sugerem a necessidade de fortalecimento das ações de acompanhamento, prevenção e permanência escolar.

Sobre o que poderia melhorar nas políticas de combate à evasão escola, as evidências apontam diferentes sugestões para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à permanência escolar.

Entre as principais propostas destacam-se o fortalecimento da articulação entre os serviços da rede de proteção, a ampliação do número de profissionais envolvidos no acompanhamento dos estudantes, a criação de estratégias de monitoramento mais efetivas, a ampliação das atividades escolares em tempo integral e a maior agilidade nos atendimentos realizados pelos órgãos responsáveis.

Alguns participantes também mencionaram a necessidade de responsabilização das famílias e o desenvolvimento de ações que despertem maior interesse dos estudantes pela escola por meio de atividades esportivas, culturais e artísticas.

Sobre a contribuição do programa Busca Ativa Escolar para o resgate de estudantes evadidos, as evidências demonstram percepções diversificadas sobre a contribuição da Busca Ativa Escolar.

Quatro participantes responderam afirmativamente, quatro consideraram que a contribuição ocorre parcialmente e um participante afirmou que o programa não contribui para o resgate dos estudantes evadidos.

Embora existam diferentes avaliações, observa-se que a maioria reconhece algum nível de contribuição do programa para o acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência ou evasão. As divergências parecem estar relacionadas principalmente às condições de implementação, à disponibilidade de profissionais e à articulação entre os diferentes órgãos envolvidos.

Com relação às melhorias sugeridas pelo participante para a Busca Ativa Escolar no município de Esteio, as evidências indicam sugestões voltadas ao fortalecimento da estrutura operacional da Busca Ativa Escolar.

Entre as melhorias apontadas destacam-se a ampliação do número de profissionais, a oferta de formação continuada para os agentes envolvidos, a melhoria da comunicação entre os setores da rede de proteção, a ampliação das ações de monitoramento das famílias já acompanhadas e o fortalecimento das estratégias de atendimento integrado.

Alguns participantes consideram que o programa já apresenta funcionamento satisfatório, enquanto outros defendem a necessidade de maior investimento em recursos humanos e articulação institucional. O Quadro 14 apresenta a Avaliação dos participantes para as Políticas Públicas e do Programa Busca Ativa Escolar.

Quadro 14 - Avaliação dos participantes para as Políticas Públicas e do Programa Busca Ativa Escolar.

ID	Políticas atendem?	O que melhora?	Busca Ativa contribui?	Sugestão para a Busca Ativa
R1	Não	Maior articulação da rede	Sim	Mais agentes e formação
R2	Não	Responsabilização familiar	Parcialmente	Ações mais efetivas
R3	Parcialmente	Trabalho conjunto da rede	Parcialmente	Mais profissionais
R4	Parcialmente	Escola integral e atividades	Sim	Considera adequado
R5	Parcialmente	Mais monitoramento e servidores	Parcialmente	Mais profissionais e comunicação

R6	Sim	Não respondeu	Não	Atuação mais ativa
R7	Parcialmente	Não respondeu	Sim	Não respondeu
R8	Parcialmente	Agilidade nos atendimentos	Sim	Considera adequado
ID	Políticas atendem?	O que melhora?	Busca Ativa contribui?	Sugestão para a Busca Ativa
R9	Parcialmente	Não respondeu	Parcialmente	Manter acompanhamento

Fonte: Autoria própria (2026).

As evidências analisadas neste bloco demonstram que os participantes reconhecem a importância das políticas públicas e do Programa Busca Ativa Escolar no enfrentamento da evasão escolar. Entretanto, a percepção predominante é de que tais políticas ainda atendem apenas parcialmente às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Os relatos evidenciam a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais, ampliação do quadro de profissionais, melhoria da comunicação entre os órgãos envolvidos e desenvolvimento de estratégias mais efetivas de acompanhamento das famílias e dos estudantes.

Em relação à Busca Ativa Escolar, observa-se que a maioria dos participantes reconhece sua contribuição para o resgate de estudantes em situação de evasão ou infrequência. Contudo, as evidências também apontam desafios relacionados à estrutura de atendimento, ao monitoramento contínuo e à integração entre os diferentes setores da rede de proteção.

Sob a perspectiva da Memória Social, as políticas públicas de permanência escolar constituem instrumentos coletivos de garantia de direitos, sendo construídas a partir das experiências acumuladas pelas instituições e pelos sujeitos envolvidos, uma vez que as práticas sociais e as memórias coletivas são produzidas e compartilhadas nos grupos aos quais os indivíduos pertencem (Halbwachs, 2006). Dessa forma, o fortalecimento dessas políticas contribui para a construção de trajetórias educacionais mais inclusivas e para a consolidação do direito à educação.

4.1.7 Bloco 7- Memórias, Identidades e Políticas Públicas no Enfrentamento da Evasão Escolar

Este bloco analisa as evidências relacionadas às percepções dos participantes sobre a relação entre as políticas públicas, as memórias e as identidades da

comunidade escolar. Também são consideradas as reflexões finais apresentadas pelos respondentes acerca da evasão escolar e do Programa Busca Ativa Escolar.

Por se tratar de questões abertas e reflexivas, as evidências possibilitam compreender de forma mais aprofundada os significados atribuídos pelos profissionais às experiências vivenciadas no cotidiano escolar. O Quadro 15 apresenta as questões deste sétimo bloco.

Quadro 15 - Questões do Bloco 7.

Questão 27 – Como você relaciona as políticas públicas com as memórias e identidades da comunidade escolar?

Questão 28 – Deseja acrescentar alguma experiência ou reflexão sobre evasão escolar e Busca Ativa?

Fonte: Autoria própria (2026).

Sobre a relação das políticas públicas com as memórias e identidades da comunidade escolar, as evidências revelam diferentes compreensões sobre a relação entre políticas públicas, memória e identidade.

Um participante apresentou uma visão crítica, associando as políticas públicas a práticas assistencialistas. Em contrapartida, outros participantes destacaram que as políticas públicas contribuem para a constituição das identidades dos estudantes, das famílias e da própria comunidade escolar.

Também emergiram evidências relacionadas à importância do sentimento de pertencimento, do vínculo afetivo com a escola e da valorização das experiências vividas pelos sujeitos. Alguns participantes destacaram que as políticas públicas devem fortalecer a escola como espaço de acolhimento, referência e construção de relações significativas, favorecendo a permanência dos estudantes e reduzindo os índices de evasão escolar.

As evidências demonstram que os participantes reconhecem que a trajetória escolar dos estudantes está diretamente relacionada às experiências familiares, sociais e culturais construídas ao longo do tempo, aspectos que dialogam com os conceitos de memória social e identidade coletiva, uma vez que memória e identidade constituem processos indissociáveis na formação dos sujeitos e dos grupos sociais (Candau, 2019).

Com relação à experiência ou reflexão sobre evasão escolar e Busca Ativa, as evidências apresentadas nesta questão foram mais reduzidas, sendo que parte dos participantes optou por não acrescentar novas considerações.

Entre os registros realizados, destaca-se a necessidade de fortalecimento da atuação dos órgãos responsáveis pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere à efetividade das ações desenvolvidas pela rede de proteção.

Outros participantes não acrescentaram novas observações, o que pode indicar que as reflexões realizadas ao longo do questionário contemplaram suas principais percepções acerca da temática investigada. O Quadro 16 apresenta a relação entre Memórias, Identidades e Políticas Públicas no Enfrentamento da Evasão Escolar.

A baixa densidade de respostas no último bloco também limita o alcance interpretativo sobre a relação entre políticas públicas, memória e identidade. Por isso, as respostas disponíveis são tratadas como indícios situados, e não como consenso das equipes ou da comunidade escolar.

Quadro 16 - Relação entre Memórias, Identidades e Políticas Públicas no Enfrentamento da Evasão Escolar.

ID	Relação entre políticas públicas, memória e identidade	Reflexão final
R1	Visão crítica sobre assistencialismo	Crítica à politicagem
R2	Formação de crianças, adolescentes e famílias	Fortalecimento da atuação do Conselho Tutelar
R3	Sentimento de pertencimento	Não acrescentou
R4	Escola como espaço de vínculo e acolhimento	Não respondeu
R5	Não respondeu	Não respondeu
R6	Não respondeu	Não respondeu
R7	Não respondeu	Não respondeu
ID	Relação entre políticas públicas, memória e identidade	Reflexão final
R8	Atendimento conforme as necessidades	Não acrescentou
R9	Não respondeu	Não respondeu

Fonte: Autoria própria (2026).

As evidências analisadas demonstram que os participantes reconhecem a existência de uma relação entre políticas públicas, memória social e identidade da comunidade escolar. Os relatos destacam a importância da construção de vínculos, do sentimento de pertencimento, do acolhimento e da valorização das trajetórias dos

estudantes e de suas famílias como elementos fundamentais para a permanência escolar.

As reflexões apresentadas também evidenciam que a efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua implementação formal, mas da capacidade de compreender as realidades sociais, culturais e familiares que atravessam o cotidiano dos estudantes. Nesse sentido, a escola assume um papel central na construção de identidades, na preservação das memórias coletivas e na promoção do direito à educação.

Sob a perspectiva da Memória Social, as evidências mostram como os profissionais relacionam processos de permanência, infrequência e evasão a experiências coletivas, histórias de vida, relações familiares e práticas institucionais. A análise se concentra nesses enquadramentos e não nos sentidos atribuídos diretamente por estudantes e famílias.

4.2 Síntese analítica dos resultados

A análise das respostas evidencia que a evasão escolar é compreendida pelos participantes como fenômeno multifatorial, diretamente relacionado às condições sociais e territoriais nas quais os estudantes estão inseridos.

Entre os fatores mais associados à evasão escolar destacam-se problemas familiares, vulnerabilidade social, desinteresse escolar e ausência de políticas públicas eficazes, além de violência, trabalho infantil e questões relacionadas à saúde mental. Tais elementos demonstram que a evasão escolar ultrapassa o âmbito pedagógico, configurando-se como expressão das desigualdades sociais presentes nos territórios.

Os impactos apontados incluem dificuldades de aprendizagem, ampliação das desigualdades sociais e comprometimento do futuro acadêmico e profissional dos estudantes, além da sobrecarga das equipes escolares diante das demandas sociais.

Os dados indicam elevado conhecimento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da evasão escolar, sendo que 75% dos participantes afirmam conhecê-las plenamente e todos demonstram familiaridade com o programa Busca Ativa Escolar (BAE).

Entretanto, a avaliação da efetividade do programa revela percepções heterogêneas. Enquanto alguns participantes reconhecem avanços na articulação intersetorial e no monitoramento da frequência, outros apontam limites estruturais relacionados à insuficiência de profissionais, à alta demanda escolar, aos riscos territoriais durante visitas domiciliares e à fragilidade na corresponsabilização entre os setores públicos.

A análise evidencia que, embora o BAE seja reconhecido como estratégia relevante de política pública, sua efetividade depende do fortalecimento das redes intersetoriais e da ampliação das condições institucionais de execução.

Segundo as equipes diretivas, histórias de vida e experiências familiares participam da relação dos estudantes com a escola. Essa formulação expressa a percepção dos participantes; não permite afirmar diretamente como estudantes e famílias constroem ou transmitem suas memórias.

Os participantes associaram a infrequência à baixa escolarização familiar, à necessidade precoce de trabalho, à vulnerabilidade e à desvalorização da escola. Essas associações revelam quadros sociais de interpretação compartilhados no ambiente profissional e devem ser analisadas também quanto ao risco de responsabilização ou estigmatização das famílias.

Halbwachs permite compreender esses enquadramentos como construções coletivas, enquanto Assmann ajuda a observar sua institucionalização em registros, protocolos e práticas. Desse modo, a memória social não opera apenas como contexto do problema: ela permite interrogar como a rede produz, conserva e transmite narrativas sobre a infrequência.

Nas respostas, a escola aparece simultaneamente como espaço de acolhimento e como instituição que pode reproduzir enquadramentos excludentes. Escuta, diálogo e acompanhamento individualizado foram apresentados como possibilidades de reconstrução do vínculo; já a sobrecarga, a morosidade e a responsabilização unilateral das famílias limitam essa atuação.

A articulação entre escola e demais políticas públicas apresenta-se como elemento central no enfrentamento da evasão escolar. A maioria dos participantes afirma existir articulação com outros setores, especialmente Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde e CRAS.

Apesar disso, apenas parte dos respondentes considera essa articulação plenamente eficaz. Entre os principais desafios apontados destacam-se a

morosidade institucional, a falta de comunicação entre os órgãos, a insuficiência de profissionais e a dificuldade de corresponsabilização entre os serviços públicos.

Os dados evidenciam que o enfrentamento da evasão escolar exige atuação integrada entre educação, assistência social, saúde e sistema de garantia de direitos, reforçando o caráter territorial das políticas educacionais.

Na percepção das equipes, a permanência escolar relaciona-se ao pertencimento, à escuta e ao vínculo entre escola, estudantes e famílias. Essa conclusão deve permanecer circunscrita ao corpus profissional, sem ser apresentada como relato direto dos estudantes.

A contribuição de Martins (2021) é mobilizada aqui de forma delimitada. Os afastamentos e retornos podem ser interpretados como trajetórias não lineares, mas a escola permanece organizada por um tempo cronológico de aulas, frequência e progressão. A tensão entre esse tempo institucional e os ritmos diversos da aprendizagem ajuda a compreender por que o retorno administrativo não garante, por si só, reinserção, aprendizagem e permanência.

A análise das narrativas das equipes diretivas das escolas municipais de tempo integral evidencia que a evasão escolar se constitui como fenômeno complexo, multifatorial e profundamente relacionado às desigualdades sociais e territoriais.

Os dados demonstram que a evasão não é compreendida como resultado exclusivo do desempenho acadêmico dos estudantes, mas como expressão das condições sociais de vida, das trajetórias familiares e das oportunidades desiguais de acesso ao capital cultural. A escola aparece simultaneamente como espaço atravessado pelas desigualdades sociais e como possibilidade concreta de transformação.

A Busca Ativa Escolar emerge como política pública relevante, porém marcada por tensões entre sua proposta normativa e as condições reais de implementação nos territórios. As narrativas evidenciam avanços no acompanhamento dos estudantes, ao mesmo tempo em que revelam limites estruturais relacionados à articulação intersetorial e à sobrecarga das equipes escolares.

Outro aspecto central refere-se à forma como as equipes diretivas interpretam as trajetórias familiares. As respostas sugerem a percepção de repetição intergeracional do afastamento escolar, mas essa hipótese precisa ser confirmada por pesquisas que ouçam estudantes e famílias diretamente.

De forma geral, os resultados apontam que o enfrentamento da evasão escolar exige ações integradas entre políticas públicas, fortalecimento das redes territoriais e reconhecimento das dimensões sociais e subjetivas presentes nos processos educativos. Assim, a permanência escolar configura-se como construção coletiva, dependente da articulação entre escola, família, território e Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar, a partir das percepções das equipes diretivas e dos documentos institucionais, as contribuições e os limites da Busca Ativa Escolar e da FICAI para o enfrentamento da infrequência e da evasão escolar nas escolas municipais de tempo integral de Esteio/RS. A questão de pesquisa foi respondida ao evidenciar como esses profissionais relacionam trajetórias familiares, pertencimento, vulnerabilidade e permanência às condições concretas de execução das políticas.

Os resultados evidenciaram que a infrequência escolar é um fenômeno complexo, que não pode ser compreendido apenas por meio de indicadores quantitativos ou registros administrativos. As situações de afastamento escolar estão associadas a diferentes fatores sociais, econômicos, culturais e familiares, que influenciam diretamente a relação dos estudantes com a escola. Nesse contexto, a infrequência apresenta-se como um importante sinal de vulnerabilidade, podendo anteceder processos de abandono e evasão escolar.

A pesquisa permitiu compreender como os profissionais interpretam as relações entre experiências familiares, memórias sociais e vínculo escolar. Os resultados não correspondem às memórias dos estudantes e das famílias em primeira pessoa. Eles mostram os quadros de interpretação das equipes diretivas e como esses quadros podem orientar práticas, registros e encaminhamentos institucionais.

No âmbito das políticas públicas, verificou-se a relevância da Busca Ativa Escolar e da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) como instrumentos de acompanhamento e enfrentamento da infrequência escolar. Mais do que mecanismos administrativos, essas estratégias representam formas de articulação entre escola, família e rede de proteção, fortalecendo ações voltadas à garantia do direito à educação. Os registros produzidos por esses instrumentos também constituem elementos importantes da memória institucional, permitindo compreender trajetórias escolares, desafios enfrentados e estratégias de intervenção desenvolvidas pela rede municipal.

Ao analisar a realidade do município de Esteio/RS, observou-se o comprometimento da rede municipal de ensino com a implementação de ações voltadas ao acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade

educacional. Contudo, os desafios relacionados à permanência escolar demonstram que o enfrentamento da infrequência e da evasão exige ações contínuas, articuladas e sensíveis às diferentes realidades sociais e culturais vivenciadas pelos estudantes e suas famílias.

A relação com o ODS 4 não se limita ao acesso ou à matrícula. Nesta pesquisa, educação de qualidade significa garantir frequência, aprendizagem, acolhimento, pertencimento e condições equitativas de permanência. Os resultados mostram que a existência formal da BAE e da FICAI é insuficiente quando faltam profissionais, comunicação e respostas articuladas. Essa leitura aproxima o ODS 4 do ODS 10, pois enfrentar a evasão exige reduzir desigualdades sociais e territoriais que afetam de modo desigual as possibilidades de permanecer e aprender.

Por fim, compreende-se que a infrequência e a evasão escolar não devem ser analisadas apenas como problemas educacionais, mas como fenômenos sociais que envolvem memórias, identidades, condições de vida e relações construídas historicamente. Espera-se que esta dissertação possa contribuir para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, para a ampliação das discussões no campo da Memória Social e Bens Culturais e para a construção de práticas cada vez mais comprometidas com a garantia do direito à educação e com a permanência dos estudantes na escola.

Como devolutiva social, os resultados podem ser apresentados em momentos de formação continuada da rede municipal, compartilhados com as escolas e com a Secretaria Municipal de Educação e desdobrados em artigos e debates com os setores da rede de proteção. Essa circulação favorece o uso do estudo na revisão de fluxos, registros e práticas de acompanhamento.

Entre as limitações, destacam-se a participação de nove dos vinte profissionais convidados, o recorte restrito às cinco escolas de tempo integral, o uso de questionário eletrônico, a proximidade da pesquisadora com o campo e a ausência de escuta direta de estudantes e familiares. Os resultados são situados e não podem ser generalizados para toda a rede municipal ou para outros contextos.

Como possibilidade para estudos futuros, recomenda-se ouvir diretamente estudantes e familiares acompanhados pela BAE e pela FICAI. Essa etapa constituirá outro desenho de pesquisa e permitirá confrontar as narrativas desses sujeitos com as percepções institucionais analisadas nesta dissertação,

aprofundando as relações entre memória, identidade, pertencimento e permanência escolar.

REFERÊNCIAS

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANO, S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004. p. 15-36.

ASSMANN, Jan. **A memória cultural**: escrita, lembrança e identidade política nas primeiras civilizações. Tradução de Lúcia Rangel. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 26 jul. 2026.

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, p. 6-32, 2022. DOI 10.15210/rmr.v14i27.23435. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/23435>. Acesso em: 11 jun. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e direitos humanos**: Interfaces e perspectivas. Petrópolis: Vozes, 2019.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

CHRISTALDO, Helenice Maria de Moraes. **Memória e cotidiano de um grupo de mulheres artesãs da associação art'escama, ilha da pintada, bairro arquipélago, Porto Alegre/RS**. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais). Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLMS, Aliane Marçal Soares; RIECHELMANN, Amanda de Barros; SIGRIST, Vanina Carrara. Gestão cultural: impactos da sociedade contemporânea na produção e consumo de cultura. **Revista Ibero-Americana de humanidades**, São Paulo, v. 8, n. 5, p. 764-777, maio 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5508/2080>. Acesso em: 11 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@ – Esteio (RS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/esteio/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão, 2024. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasa-o-escolar>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Centro de Apoio Operacional da Educação, Infância e Juventude. **FICAI 4.0**. Documento interno. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/infancia/paginas/5086/>. Acesso em: 13 jun. 2026.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 14 jun. 2026.

OLIVEIRA, Rosane de. **Influência de memória de alunos na escolha de carreira dos concluintes de Ensino Médio da Escola de Educação Básica Natálio**

Vassoler do Município de Forquilha -SC. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. 7. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 51-68, 2013.

THIESEN, I. **Memória institucional.** João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

UNICEF. **Busca ativa escolar:** contexto geral da busca ativa no Brasil. Coordenação Andréia Peres. 2. ed. Brasília: UNICEF, 2022.

Apêndice A – Modelo de Carta de Aceite da Escola

Credenciamento: Portaria N° 597, de 05/05/2017 - DOU de 08/05/2017

Aceite da Escola

Declaro que temos conhecimentos e estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa intitulado MEMÓRIAS DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ESTEIO-RS: UM ESTUDO DO CASO DAS POLÍTICAS DE BUSCA ATIVA, proposto pela pesquisadora Fabiane Fraga Monteiro, aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, sob a orientação da Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira.

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Instituição

Apêndice B – Modelo de TCLE



Credenciamento: Portaria N° 597, de 05/05/2017 - DOU de 08/05/2017

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezada(o) participante,

Você está sendo convidada(o) a responder a um questionário eletrônico que faz parte da pesquisa intitulada MEMÓRIA SOCIAL, INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ESTEIO/RS: PERCEPÇÕES DAS EQUIPES DIRETIVAS SOBRE A BUSCA ATIVA ESCOLAR E A FICAI, desenvolvida por Fabiane Fraga Monteiro, mestranda no Curso de Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, sob orientação da Prof.^a Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira. O objetivo geral do estudo é analisar, a partir das percepções das equipes diretivas e dos documentos institucionais, as contribuições e os limites da Busca Ativa Escolar e da FICAI para o enfrentamento da infrequência e da evasão escolar nas escolas municipais de tempo integral de Esteio/RS.

A sua participação não representa risco algum. No entanto, a participação poderá representar um momento de reflexão sobre memórias e trajetórias de sua vida profissional como docente.

O convite a sua participação se deve a ser **aqui varia de acordo com o participante (diretor, professor, pai)**. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. A sua participação consistirá em responder um questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista será gravada em áudio. O tempo de duração será no decorrer da entrevista. A entrevista será publicada na dissertação e em futuros trabalhos acadêmicos de forma anônima.

Solicitamos a sua colaboração para a realização deste projeto por meio da participação em uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo, em eventos da área e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Esclarecemos que sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada(o) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhuma consequência. A pesquisadora está à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Pesquisadora responsável – Fabiane Fraga Monteiro

Considerando, que fui informada(o) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Ao aceitar este termo de consentimento autorizo minha participação nesta pesquisa. Este termo me foi apresentado em duas vias e estou ciente de que ficarei com uma delas.

Esteio, ____ de _____ de _2025.

Assinatura do participante

Apêndice C – Declaração de Uso de Inteligência Artificial como Ferramenta de Apoio

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial generativa, *ChatGPT*, da *OpenAI*, e *Claude Code*, da *Anthropic*, como recursos auxiliares ao processo de elaboração da dissertação. As ferramentas foram utilizadas pontualmente para apoio à organização das ideias, estruturação e aprimoramento da redação acadêmica, revisão linguística e organização de conteúdos relacionados à pesquisa.

As ferramentas também foram utilizadas como recursos de apoio na elaboração, organização e revisão de quadros, tabelas e figuras apresentados ao longo da dissertação, bem como na organização de materiais utilizados para a apresentação da pesquisa. Nos casos em que foram utilizadas para auxiliar na estruturação ou apresentação de informações, o conteúdo foi conferido e validado pela pesquisadora a partir dos dados e documentos produzidos no decorrer da investigação.

As ferramentas de Inteligência Artificial também foram utilizadas como apoio exploratório para a compreensão inicial de conceitos e para a organização de possibilidades de aprofundamento teórico. As informações relacionadas ao referencial teórico foram posteriormente conferidas nas obras originais dos autores e nas fontes acadêmicas e documentais efetivamente utilizadas, que constituem as referências desta dissertação.

As ferramentas não foram utilizadas para realizar a análise dos dados, interpretar os resultados ou formular as conclusões da pesquisa. As decisões teórico-metodológicas, a seleção e análise das fontes, a interpretação dos dados e a redação final são de responsabilidade da pesquisadora.

O uso das ferramentas ocorreu, portanto, como recurso de apoio técnico, linguístico e organizacional, preservando-se a autoria, a responsabilidade acadêmica e o julgamento crítico da pesquisadora sobre o conteúdo apresentado nesta dissertação.